

EDITAL DE LICITAÇÃO

1. PREÂMBULO:

PROCESSO Nº.:	34/2026
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico nº 05/2026
TIPO:	Maior Desconto Sobre Tabela
REGIME DE EXECUÇÃO:	Contratação de serviço contínuo
SOLICITANTE:	Departamento de Transporte

1.1. O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, CNPJ nº 18.151.467/0001-06, com sede à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia-MG, CEP 38.402-349, através do Pregoeiro e sua equipe de apoio, nomeados por Ato Administrativo próprio, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada licitação por meio da modalidade pregão eletrônico para participação de empresas cujo objeto social seja compatível com o presente certame licitatório, conforme especificações constantes deste edital e de acordo com a contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Resolução nº 10/2024 e na Resolução nº 12/2024 do Consórcio Amvap Saúde e demais legislação complementar em vigor.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- Início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 20/05/2026.
- Critério de julgamento: Maior Desconto Sobre Tabela
- Modo de disputa: aberto
- Referência de tempo: horário de Brasília (DF).
- Local www.licitanet.com.br "Acesso Identificado"

1.3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

- Endereço: Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial, CEP 38.402-349 – Uberlândia-MG.
- Pregoeiro: Thiago Rosalino De Souza
- E-mail: compras@amvapsaude.com.br
- Telefone: (34) 3213-2536

1.4. OBJETO E ANEXOS:

1.4.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, abrangendo o fornecimento de peças, mão de obra e serviços correlatos, bem como o acompanhamento das manutenções em garantia, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, visando assegurar a operacionalidade, segurança, conservação e eficiência da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A remuneração da CONTRATADA dar-se-á mediante a aplicação do percentual de desconto ofertado, podendo incidir sobre os valores constantes em tabelas referenciais adotadas pela Administração ou, na ausência destas, sobre a média dos valores apurados a partir de, no mínimo, 03 (três) orçamentos previamente apresentados e aprovados pela CONTRATANTE, abrangendo peças, serviços e demais itens, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado, nos termos deste Edital e seus anexos.

1.4.2. A presente licitação será do tipo “Maior Desconto Sobre Tabela”.

1.5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

1.5.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

1.5.2. Ser empresa considerada habilitada com a apresentação dos documentos exigidos no Anexo 02.

1.5.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à www.licitanet.com.br

1.5.4. O licitante deverá estar credenciado à www.licitanet.com.br, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

1.5.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto à Plataforma, conforme orientação da mesma. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a Licitanet - Licitações online, provedora do sistema eletrônico, o plano escolhido por ele estabelecido no Anexo 04.

1.5.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar se nos seus dados cadastrais está assinalada a opção ME/EPP para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

1.5.8. Os itens deste certame não serão destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

1.6. **NÃO PODERÁ PARTICIPAR** da presente licitação a pessoa jurídica:

a) Suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com o AMVAP SAÚDE;

- b) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- d) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- e) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- i) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- j) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- l) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021
- m) Com falência decretada e execução patrimonial;
- n) Compostas de deputados, senadores e vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores, conforme art. 54, inciso II, "a", c/c art. 29, inciso IX, ambos da Constituição Federal de 1988.

1.6.1. O impedimento de que trata o item "e" será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.6.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens "c" e "d" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.6.4. O disposto nos itens "c" e "d" não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua

como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

1.6.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.6.6. A vedação de que trata o item “i” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

1.6.7. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

1.6.8. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme item “j” devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que existem diversas empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

1.7. COMPÕEM ESTE EDITAL OS ANEXOS:

Anexo 01 - Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Anexo 02 – Termo de Referência;

Anexo 03 - Exigências para Habilitação;

Anexo 04 - Modelo de Carta Proposta Comercial;

Anexo 05 - Modelo de Termo de Vistoria

Anexo 06 - Valores da adesão ao sistema do portal Licitanet;

Anexo 07 - Minuta do Contrato Administrativo;

2. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

2.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) realizar abertura do certame;
- b) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- c) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- d) abrir as propostas de preços;
- e) analisar a aceitabilidade das propostas;
- f) desclassificar propostas indicando os motivos;
- g) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de maior desconto;
- h) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- i) declarar o vencedor;
- j) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- k) elaborar a ata da sessão;
- l) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- m) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de

penalidades previstas na legislação.

3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA WWW.LICITANET.COM.BR:

3.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à www.licitanet.com.br, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico cadastrado em www.licitanet.com.br.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a licitanet.com.br a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4. PARTICIPAÇÃO:

4.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ QUE “CONCORDA” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para

pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XIV - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

XVI - Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

XVII - Que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público

4.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através dos contatos: WhatsApp (34) 3014-6633, Telefone (34) 2512-6500, Suporte aos Fornecedores pelos e-mails fornecedor@licitanet.com.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no edital, simultaneamente os

documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos **ANEXOS 2 e 3** deste Edital.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, devendo nela constar a descrição detalhada do objeto, contendo informações compatíveis com as especificações do Termo de Referência. A proposta e os lances consistirão, obrigatoriamente, na apresentação do percentual de desconto, aplicado sobre os valores de peças, serviços e demais itens executados no âmbito do contrato.

5.9.1 O percentual de desconto ofertado incidirá sobre os valores de peças, serviços e demais itens constantes dos orçamentos previamente aprovados pela CONTRATANTE, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado.

5.10. A proposta deverá ser apresentada sob a forma de percentual de desconto, aplicável a todos os serviços e fornecimentos previstos neste edital.

5.10.1. Para fins operacionais do sistema eletrônico, o valor estimado da contratação poderá ser utilizado apenas como referência para registro da proposta, não constituindo elemento de julgamento.

5.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.12. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.12.1. O percentual ofertado deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos da execução contratual.

5.13. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.14. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

5.15. O percentual de desconto deverá ser apresentado com até duas casas decimais a vírgula.

5.16. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente.

5.17. Não serão consideradas opções de preços.

5.18. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.19. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.20. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.21. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, quando for o caso.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado em relação ao lote único.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, sendo tais percentuais aplicados sobre os valores de peças, serviços e demais itens executados no contrato.

6.12. O intervalo mínimo entre os lances será de 0,10% (um décimo por cento), aplicado sobre o percentual de desconto ofertado, não sendo admitidos lances com valores inferiores a esse intervalo.

6.13. Os serviços realizados em regime de garantia, quando executados por concessionárias ou oficinas autorizadas, deverão observar integralmente as condições técnicas e comerciais estabelecidas pelo fabricante. Nos casos em que os serviços forem executados em regime de garantia, e desde que haja vedação expressa do fabricante quanto à aplicação de descontos, estes

poderão não ser aplicados, devendo a CONTRATANTE, em qualquer hipótese, verificar a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.19. Fica a critério do pregoeiro, durante a disputa de lances, a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante. Após encerrada a fase de lances, não é possível a correção de valores.

6.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.21. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.22. O sistema informará a proposta de maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de maior desconto.

6.23. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Anexo 02 deste Edital, deverão ser anexados na aba Habilitanet, devendo o condutor habilitar o upload dos mesmos.

6.24. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o fim da conferência da documentação.

6.25. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação na forma acima estabelecida acarretará na inabilitação da licitante, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

6.26. Se o lance de maior desconto não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido desconto melhor.

6.27. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de maior desconto para a contratação.

6.28. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de maior desconto.

6.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado apresentar valores incompatíveis com os praticados no mercado, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.33. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.35. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.36. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o sistema aplicará logo após o fim da fase de lances os critérios para o desempate em favor ME/EPP, se for o caso. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6.37. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.38. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** dos serviços ofertados. A não inserção de especificações dos serviços neste campo, implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. O objeto deverá estar totalmente dentro das

especificações contidas nos **ANEXOS 01 e 03**.

6.39. Na hipótese do licitante ser ME/EPP, o sistema importa essa informação dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do licitante sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

6.40. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

6.41. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o maior percentual de desconto sobre os valores constantes da tabela adotada como referência para peças, serviços e demais itens objeto do contrato.

6.42. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.43. O critério de julgamento para os itens deste certame será o de maior percentual de desconto sobre os valores constantes da tabela adotada como referência para peças, serviços e demais itens do contrato, desde que atendidas integralmente as especificações e condições estabelecidas neste Edital.

6.44. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções constantes do art.156 da Lei Federal 14.133/2021.

6.45. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, considerando desconto percentual ofertado, facultada a negociação direta caso o preço seja considerado inaceitável.

6.46. Para a proposta declarada como inaceitável deverá o Pregoeiro apresentar motivação e caso seja aceitável se dará início à fase de habilitação.

6.47. Fica ressalvado ao AMVAP SAÚDE o direito de rejeitar todas as propostas ou ainda revogar ou anular a licitação em conformidade com a legislação pertinente.

6.48. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados ou realizar diligências para obter mais esclarecimentos.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

7.1. Para julgamento será adotado o critério de Maior Desconto Sobre a Tabela sobre os valores de peças, serviços e demais itens executados no contrato, observadas as especificações e demais condições definidas neste Edital.

7.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1. SICAF;

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor do lance de maior desconto, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de maior desconto.

7.6. Se o lance de maior desconto não for aceitável, o Pregoeiro examinará ao lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11. A negociação será realizada através da plataforma, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.14. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.14.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.16. De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8. HABILITAÇÃO:

8.1. Conforme ANEXO 03

9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS:

9.1. Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para

responder pelo proponente.

9.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor

9.4. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.5. A falta de manifestação imediata, no prazo máximo de 10 (dez) minutos e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

9.6. O pregoeiro emitirá sua decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, procedendo aos encaminhamentos necessários.

9.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

9.8. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. **As impugnações, esclarecimentos e os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviados para o AMVAP SAÚDE, no endereço informado no preâmbulo, à Coordenadoria Administrativa. Este documento deverá estar em papel timbrado, com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal.**

10. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Conforme disposição no item 10 do Termo de Referência do presente certame.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Conforme disposição no item 11 do Termo de Referência do presente certame.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E EXTINÇÃO:

Conforme disposição no item 13 e 14 do Termo de Referência do presente certame.

13. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:

Conforme disposição no item 16 do Termo de Referência do presente certame.

14. SANÇÕES:

Conforme disposição no item 17 do Termo de Referência do presente certame.

15. TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME E EPP:

15.1. A licitante comprovadamente enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores terá o tratamento diferenciado e favorecido previsto nos itens deste Título, conforme arts. 47 e seguintes,

a saber:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais);

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

15.2. Para comprovar o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a licitante deverá informar na plataforma, no momento do cadastramento das propostas.

15.3. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte terá, nesta licitação, prazo diferenciado para apresentação dos documentos de regularidade fiscal, desde que estes sejam apresentados junto aos demais documentos de habilitação, mesmo que estejam com alguma espécie de restrição.

15.4. Havendo o empate nos termos do item anterior será assegurada às microempresas ou empresas de pequeno porte, cujas propostas foram consideradas empatadas, será realizado sorteio entre elas, na própria sessão pública, para escolher a que terá direito de apresentar novo lance.

15.5. No prazo diferenciado para apresentação dos documentos de regularidade fiscal exigidos no item 15.3, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar esses documentos com algum tipo de restrição terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de declaração do vencedor deste processo, para apresentá-los novamente, já sem qualquer restrição.

15.6. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias úteis, mediante solicitação formal da licitante vencedora e desde que aceito pelo AMVAP SAÚDE.

15.7. Durante o decurso dos prazos referidos nos itens 15.5 e 15.6, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal

com algum tipo de restrição será considerada HABILITADA e permanecerá no processo.

15.8. Findo os prazos referidos nos itens 15.5 e 15.6, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que não apresentar os documentos de regularidade fiscal exigidos neste edital já sem qualquer restrição será considerada INABILITADA e perderá o direito de contratar com o AMVAP SAÚDE o objeto desta licitação.

15.9. Na ocorrência do disposto no item anterior o AMVAP SAÚDE poderá:

- a) Convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação e observando o disposto no edital; ou
- b) Revogar o presente processo licitatório.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o AMVAP SAÚDE revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O AMVAP SAÚDE poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

16.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, suspendendo as sessões e/ou a contagem de prazos de que tratam o presente certame.

16.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site do AMVAP SAÚDE.

16.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

16.9. Não cabe à Licitanet.com.br qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

16.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

16.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos

autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

16.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.14. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

16.15. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes.

16.16. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/21.

16.17. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.18. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.amvapsaude.com.br/>

Uberlândia-MG, 05 de maio de 2026.


Thiago Rosalino de Souza
Analista de Compras
Matrícula: 50

Thiago Rosalino de Souza
Pregoeiro

ANEXO 01**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. INTRODUÇÃO**

No âmbito do processo de planejamento das contratações públicas, o presente documento desempenha um papel fundamental, visando analisar minuciosamente as alternativas disponíveis para assegurar a manutenção de modo eficiente e contínuo da frota de veículos do Consórcio Público AMVAP SAÚDE.

Dentro desse contexto, esta etapa do planejamento é crucial para identificar as melhores estratégias e soluções que atendam às necessidades específicas do consórcio, levando em consideração fatores como a natureza variável dos preços dos combustíveis, rotas utilizadas, as exigências legais e ambientais, bem como a busca por eficiência operacional e econômica.

Neste sentido, é essencial realizar uma análise abrangente das opções disponíveis, avaliando seus impactos, benefícios e viabilidade técnica e financeira. Isso inclui considerar não apenas a modalidade de contratação mais adequada, mas também a definição de critérios transparentes e equitativos para seleção dos fornecedores, bem como a implementação de mecanismos de monitoramento e controle que garantam a conformidade com as normas e regulamentações pertinentes.

Assim, este documento não apenas integra o processo de planejamento das contratações públicas, mas também representa um importante instrumento de gestão e tomada de decisão, contribuindo para a eficácia e eficiência das operações do Consórcio Público Amvap Saúde e para o cumprimento de sua missão institucional de promover o bem-estar e a qualidade de vida da população atendida.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, normatizado pela Lei n. 11.107 de 6 de abril de 2005, nasceu em 2013 da união entre os municípios da região, sendo uma ferramenta capaz de otimizar recursos públicos com melhor custo-benefício para atender a demandas reprimidas de procedimentos médicos de média complexidade, especialmente a pacientes daqueles municípios que sequer dispõem de unidade hospitalar. Oferece também serviço de transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio para as cidades de referência;

Atualmente, o Consórcio AMVAP SAÚDE composto por 24 municípios, sendo eles: Abadia dos Dourados, Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiáçu, Iraí de Minas, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Prata, Romaria, Santa Vitória e Tupaciguara.

O Consórcio AMVAP SAÚDE, por meio do Termo de Convênio nº 1321002863/2022 entre o Estado de Minas Gerais, adquiriu uma frota de 10 veículos micro-ônibus urbano de transporte sanitário eletivo para a implantação dos Sistemas Regionais De Transporte Eletivo Em Saúde na Microrregião Triângulo Norte de Minas Gerais. Esses veículos são utilizados exclusivamente para transportar pacientes que

dependem desse meio para a realização de consultas e procedimentos médicos, uma vez que não possuem condições financeiras para ter veículos próprios.

Assim, esses micro-ônibus desempenham um papel fundamental ao garantir o acesso aos serviços de saúde para uma parcela significativa da população que, de outra forma, teria dificuldades em acessar esses recursos essenciais.

Em complemento à expansão da frota, o Ofício nº 131/2024, enviado pelo Consórcio AMVAP SAÚDE ao Conselho Municipal de Saúde de Uberlândia/MG, trata da transposição e/ou transferência de saldos financeiros do Fundo Municipal de Saúde (FMS), referentes a repasses da SES-MG e convênios firmados com o Estado de Minas Gerais. Está prevista a aquisição adicional de 4 veículos Minibus Teto Alto, a capacidade operacional da frota, permitindo uma cobertura mais eficiente das necessidades de transporte dos municípios consorciados.

Considerando as características operacionais do Consórcio AMVAP SAÚDE, cuja frota realiza deslocamentos intermunicipais – definidos pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.165/2023 de 19 de junho de 2024 como deslocamentos por via terrestre realizados entre municípios –, é necessário que os veículos tenham acesso a serviços de manutenção e reparos em diferentes localidades da região. Nesta perspectiva, a ampliação dessa rede é essencial para atender às demandas operacionais em tempo hábil, evitando que falhas ou dificuldades logísticas comprometam os serviços prestados;

Com base na Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.898, de 27 de setembro de 2024, na Resolução SES/MG nº 9.737, de 27 de setembro de 2024, e na Deliberação CIB-SUS/MG nº 5.039, de 13 de dezembro de 2024, que autorizaram o repasse de recursos financeiros aos consórcios, está prevista a aquisição de 11 novos micro - ônibus para a expansão dos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde. *JÁ FORAM ADQUIRIDOS? A aquisição desses veículos seguirá as mesmas configurações previstas no Termo de Convênio nº 1321002863/2022, garantindo padronização na frota, eficiência operacional e manutenção da qualidade no transporte de pacientes.

O Consórcio AMVAP SAÚDE, por meio da Resolução SES/MG nº 8.914 de 25 de julho de 2023, adquiriu 5 veículos, sendo vans adaptadas para o projeto Vacimóvel, que visa a realização de ações de vacinação extramuros no âmbito do Estado de Minas Gerais. A vacinação extramuros (VE) é uma estratégia amplamente conhecida que ocorre fora da unidade de saúde, com o objetivo de alcançar populações de difícil acesso para imunização, ampliar a proteção da população contra doenças imunopreveníveis e, consequentemente, aumentar a cobertura vacinal.

Nesse sentido, observa-se que o Consórcio AMVAP SAÚDE desempenha um papel essencial no suporte às atividades de assistência à saúde nos municípios consorciados, promovendo a integração logística e operacional entre os serviços médicos e a população atendida.

Para que essas ações sejam executadas de forma eficiente, é indispensável a disponibilidade de uma frota operante e em plenas condições de uso, assegurada por meio da execução adequada das manutenções preventivas, corretivas e em garantia dos veículos.

As manutenções dos veículos são imprescindíveis para garantir o funcionamento adequado das atividades do consórcio, abrangendo tanto os serviços de manutenção preventiva e corretiva quanto as manutenções obrigatórias dos veículos que se encontram em período de garantia, conforme as

exigências dos fabricantes, assegurando a preservação das garantias contratuais. Essas ações envolvem:

- Deslocamento de profissionais de saúde para atendimento em diversas localidades, assegurando a prestação de serviços médicos e assistenciais nos municípios integrantes do consórcio;
- Transporte de pacientes para a realização de consultas, exames, tratamentos especializados e cirurgias em unidades de saúde da rede pública e conveniada, garantindo acesso contínuo e oportuno aos cuidados necessários;

A composição da frota atualmente vinculada às atividades operacionais do Consórcio AMVAP SAÚDE evidencia, de forma objetiva, a dimensão logística envolvida na prestação dos serviços públicos de saúde. Para fins da presente contratação, considera-se uma frota composta por 24 (vinte e quatro) micro-ônibus em operação, destinados majoritariamente ao transporte intermunicipal de pacientes; 5 (cinco) vans utilizadas na ação Vacimóvel, voltadas à execução de políticas públicas de vacinação itinerante; 4 (quatro) vans destinadas ao transporte de pacientes para atendimentos eletivos e especializados; além de 1 (um) veículo de passeio utilizado como apoio administrativo. Essa configuração revela não apenas a diversidade de tipologias veiculares, mas também a multiplicidade de finalidades operacionais, exigindo um modelo de gestão de manutenção que seja simultaneamente padronizado, flexível e tecnicamente aderente às especificidades de cada tipo de veículo.

A heterogeneidade da frota, aliada à intensidade de uso e à criticidade das atividades desempenhadas, impõe à Administração a necessidade de adoção de mecanismos estruturados e tecnologicamente adequados para o gerenciamento da manutenção. Nesse contexto, identifica-se como necessidade essencial a implementação de um sistema informatizado de gestão de frotas, capaz de centralizar, registrar e monitorar, em tempo real, todas as informações relativas às manutenções realizadas, histórico dos veículos, custos envolvidos, periodicidade das revisões e indicadores de desempenho operacional. A inexistência de tal ferramenta comprometeria significativamente a capacidade de controle, transparência e tomada de decisão baseada em dados, ampliando riscos operacionais e financeiros.

Nesse sentido, as manutenções preventivas e corretivas dos veículos apresentam-se como fatores críticos para a continuidade das operações do consórcio. A ausência de um plano eficiente pode resultar em falhas mecânicas inesperadas, desgaste prematuro dos veículos, perda de garantia de fábrica, aumento dos custos com reparos emergenciais e comprometimento da segurança dos usuários e motoristas, além de impactar diretamente nas condições sanitárias do transporte de pacientes.

A manutenção preventiva possibilita a identificação antecipada de problemas mecânicos, garantindo a disponibilidade dos veículos e reduzindo o risco de paralisações inesperadas. Já a manutenção corretiva, quando necessária, deve ser realizada de forma ágil para evitar que veículos fiquem indisponíveis por longos períodos. No caso dos veículos em garantia, é fundamental que as revisões e intervenções sejam realizadas em conformidade com os critérios técnicos exigidos pelos fabricantes, assegurando a continuidade da cobertura contratual.

Os veículos utilizados pelo consórcio são instrumentos fundamentais para a execução de suas atividades operacionais. Além de viabilizar o transporte de pacientes e profissionais de saúde, a frota garante a capilaridade necessária para atender diversas localidades, muitas delas com acesso limitado a serviços médicos especializados. Sem um modelo eficiente de gestão da manutenção da frota, que contemple manutenções preventivas, corretivas e em garantia, o consórcio enfrentaria sérias dificuldades na

execução de suas funções essenciais.

A continuidade das operações do Consórcio AMVAP SAÚDE depende diretamente da execução regular das manutenções programadas, inclusive aquelas exigidas em garantia dos veículos. Sem essas medidas, haveria interrupção no deslocamento, comprometendo o transporte de pacientes e a realização de procedimentos médicos, impactando negativamente a qualidade dos serviços de saúde prestados.

Paralelamente, verifica-se como imprescindível a estruturação de um modelo eficiente de gestão da manutenção preventiva e corretiva, que assegure a execução programada das revisões periódicas, bem como a pronta resposta às demandas emergenciais decorrentes de falhas mecânicas. A ausência de uma gestão integrada e sistematizada tende a gerar intervenções reativas, aumento de custos, redução da vida útil dos veículos e comprometimento da disponibilidade da frota, impactando diretamente a continuidade dos serviços de saúde prestados à população.

Outra necessidade relevante refere-se à implantação e ao credenciamento de uma rede de fornecedores qualificada, apta a atender, de forma descentralizada, às demandas de manutenção da frota. Considerando a ampliação das rotas para âmbito interestadual, torna-se inviável a concentração dos serviços em prestadores locais, sendo indispensável a constituição de uma rede credenciada com capilaridade suficiente para garantir atendimento ágil, eficiente e tecnicamente adequado em diferentes localidades, inclusive em situações emergenciais.

Nesse mesmo sentido, a disponibilização de uma rede credenciada para manutenção configura-se como elemento estruturante da solução, na medida em que assegura não apenas a execução dos serviços, mas também a padronização da qualidade, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e a observância dos requisitos técnicos exigidos, especialmente no caso de veículos em período de garantia. A inexistência de uma rede estruturada implicaria maior tempo de inatividade dos veículos, aumento de custos logísticos e riscos à continuidade das operações.

Destaca-se ainda como necessidade fundamental a definição clara de prazos e padrões de atendimento técnico, garantindo previsibilidade, controle e eficiência na execução dos serviços. A ausência de parâmetros objetivos de prazo para atendimento inicial, elaboração de orçamentos, execução de serviços e resolução de demandas técnicas pode resultar em atrasos, paralisações da frota e prejuízos à prestação dos serviços públicos. Dessa forma, a contratação deve contemplar critérios rigorosos de desempenho, assegurando que a manutenção da frota ocorra dentro de padrões adequados de qualidade e tempestividade.

Conforme estabelecido na Resolução SES/MG nº 8.439/2022, que disciplina as diretrizes para a operacionalização do Transporte Eletivo em Saúde no âmbito do Estado de Minas Gerais ('Transporta SUS-MG'), o transporte deve ser estruturado de forma regionalizada, integrado aos sistemas de saúde e orientado ao acesso da população aos serviços assistenciais ofertados no âmbito do SUS, inclusive em municípios e regiões de referência distintos daquele de origem do usuário. Nesse sentido, especialmente à luz do disposto em seu art. 2º, que estabelece diretrizes voltadas à organização regional do transporte e à integração entre os entes federativos, verifica-se a ampliação do escopo territorial das operações logísticas, exigindo que a frota esteja apta a atender demandas que extrapolam os limites municipais e, em determinados contextos, alcançam deslocamentos de maior abrangência geográfica.

Tal diretriz normativa evidencia que o transporte eletivo não se restringe a trajetos locais, mas está

diretamente vinculado à garantia do acesso oportuno aos serviços de saúde, independentemente da localização destes na rede assistencial. Essa ampliação da área de atuação impõe à Administração a necessidade de adoção de um modelo de gestão da manutenção da frota mais robusto, estruturado e tecnicamente eficiente, capaz de assegurar a disponibilidade contínua dos veículos, a realização tempestiva das manutenções preventivas, corretivas e em garantia, bem como a adequada resposta a demandas operacionais em diferentes localidades.

Diante desse cenário, a implementação de um modelo eficiente de gestão da manutenção da frota, aliado a um rigoroso plano de manutenção preventiva e corretiva e ao cumprimento das revisões em garantia, torna-se uma necessidade estratégica. Tal medida não apenas garante a continuidade dos serviços prestados pelo consórcio, como também promove economicidade, transparência e eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Até o presente momento, o Consórcio AMVAP SAÚDE ainda não elaborou formalmente o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026. Não obstante, a contratação pretendida encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração, na medida em que decorre de necessidade previamente identificada e devidamente fundamentada neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere à garantia da continuidade, segurança e eficiência das atividades relacionadas ao transporte de pacientes e ao apoio às ações de saúde desenvolvidas pelo consórcio.

Adicionalmente, a contratação possui plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, havendo previsão de recursos suficientes para sua execução, conforme estimativa de custos elaborada neste Estudo Técnico Preliminar. Dessa forma, mesmo na ausência de formalização do PCA até o momento, resta evidenciado o atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a contratação está alinhada às necessidades institucionais e devidamente amparada pela capacidade orçamentária da Administração, assegurando sua viabilidade econômica e aderência aos princípios do planejamento e da responsabilidade fiscal.

4. REQUISITOS DAS CONTRATAÇÃO:

4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E LEGAL DA CONTRATADA:

4.1.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada por uma empresa especializada em gestão de frotas, devidamente registrada, certificada e autorizada pelos órgãos competentes, conforme legislação vigente, incluindo a Lei 14.133/2021.

4.1.2. A contratada deverá apresentar documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido no processo licitatório, garantindo total conformidade com as exigências legais.

4.1.3. A empresa deve possuir experiência comprovada na prestação dos serviços contratados, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou privados.

4.1.4. Durante toda a vigência do contrato, a contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

4.2. GESTÃO FINANCEIRA E GARANTIA DE PAGAMENTO AOS FORNECEDORES:

4.2.1. A contratada será responsável pela administração financeira dos pagamentos aos fornecedores credenciados, garantindo que os serviços de manutenção sejam realizados sem interrupções.

4.2.2. O sistema de gestão deverá permitir monitoramento contínuo dos pagamentos, assegurando que os fornecedores recebam de acordo com os prazos estabelecidos no contrato.

4.2.3. A contratada deverá apresentar relatórios financeiros periódicos, demonstrando a regularidade dos pagamentos e a execução orçamentária do contrato.

4.2.4. Em caso de atraso ou não pagamento aos fornecedores, a contratada será responsável por eventuais penalidades e ressarcimentos aos prestadores de serviço afetados.

4.2.5. O contratante é o único autorizado a aprovar os orçamentos apresentados pelos fornecedores credenciados.

4.2.6. O estabelecimento credenciado que apresentar o menor orçamento será o responsável pela execução dos serviços, mediante autorização do contratante.

4.2.7. A emissão de notas fiscais pelos fornecedores credenciados somente será permitida após aprovação e atesto do serviço pelo contratante, vedando-se a aprovação automática pelo sistema da contratada.

4.3. COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

4.3.1. Relatório de Manutenção Preventiva e Corretiva:

O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – Identificação do veículo (placa, modelo e frota);

II – Tipo de serviço executado (preventivo ou corretivo);

III – Descrição detalhada dos serviços realizados;

IV – Data de entrada e saída do veículo na oficina;

V – Quilometragem do veículo no momento da manutenção;

VI – Relação de peças utilizadas, contendo:

- descrição;
- quantidade;
- valor unitário e total;
- numeração de série/lote, quando aplicável;

VII – Indicação das peças substituídas, com registro das peças remanescentes/devolvidas, quando aplicável;

VIII – Tempo de mão de obra empregado, discriminado por serviço executado;

IX – Valores de mão de obra (unitário e total);

X – Valor total da ordem de serviço (peças + serviços);

XI – Nome empresarial e CNPJ do estabelecimento credenciado executor do serviço;

XII – Identificação do responsável técnico pela execução, com assinatura e, quando aplicável, número de registro profissional;

XIII – Registro fotográfico (antes e depois), quando se tratar de serviços relevantes ou corretivos de maior complexidade;

XIV – Número da ordem de serviço vinculada ao sistema de gestão;

XV – Indicação dos orçamentos comparativos utilizados para aprovação do serviço;

XVI – Campo para ateste do gestor/fiscal do contrato, confirmando a execução e conformidade do serviço.

4.3.2. Obrigatoriedade de Laudo Técnico:

4.3.2.1. A execução dos serviços de manutenção deverá observar os seguintes critérios:

I – Manutenção Corretiva:

Deverá, obrigatoriamente, ser precedida de laudo técnico detalhado, contendo:

- Identificação do veículo;
- Descrição do problema;
- Diagnóstico técnico;
- Justificativa para substituição de peças;
- Relação de peças e serviços;
- Estimativa de mão de obra;
- Realização de testes de funcionamento, atestando que as falhas identificadas foram sanadas e que o veículo se encontra em condições adequadas de uso.

II – Manutenção Preventiva:

Deverá conter registro técnico simplificado, incluindo:

- Descrição dos serviços realizados;
- Quilometragem do veículo;
- Itens verificados/substituídos;
- Justificativa técnica para eventuais substituições não previstas no plano de manutenção;
- Realização de testes de funcionamento após a execução da manutenção preventiva, com verificação dos principais sistemas do veículo, atestando sua conformidade com as condições normais e operacionais e segurança.

4.3.2.2. Todos os registros deverão ser inseridos no sistema informatizado e vinculados à respectiva ordem de serviço;

4.3.2.3. A aprovação de serviços sem a devida documentação técnica será de responsabilidade do agente autorizador, podendo ensejar apuração administrativa;

4.3.2.4. Para serviços de maior valor ou complexidade, poderá ser exigido registro fotográfico complementar;

4.3.2.5. Os documentos deverão conter identificação do responsável técnico pela execução.

4.3.3. Condições para Aprovação e Pagamento:

4.3.3.1. Nota Fiscal Eletrônica vinculada ao serviço executado, informando todos os detalhes da prestação do serviço e a relação com os veículos da frota.

4.3.3.2. A Administração efetuará pagamentos somente mediante apresentação de todos os documentos obrigatórios e aprovação do serviço pelo fiscal do contrato, dentro do prazo de até 15 dias.

4.3.3.3. A ausência de qualquer um dos documentos mencionados acima poderá resultar na retenção do pagamento, até que seja feita a regularização da dívida.

4.4. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E OPERACIONAIS:

4.4.1. A contratada deverá garantir a qualidade, segurança e conformidade na execução dos serviços, observando as normas técnicas aplicáveis e as condições estabelecidas no contrato.

4.4.2. A contratada deverá assegurar a gestão eficiente da rede credenciada de oficinas e prestadores de serviços.

4.4.2.1. Considerando que a sede administrativa do Consórcio está localizada no município de Uberlândia/MG, a rede credenciada deverá possuir cobertura adequada neste município, de forma a possibilitar o acompanhamento direto, a fiscalização e o controle das manutenções realizadas.

4.4.2.2. Para atendimento às demandas operacionais, emergenciais e ocorrências fora da sede, a contratada deverá disponibilizar rede credenciada complementar nos municípios atendidos pelo Consórcio AMVAP Saúde, bem como em outras localidades necessárias à execução do contrato, garantindo suporte durante deslocamentos regionais e interestaduais, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

4.4.3. A contratada deverá disponibilizar suporte operacional e técnico contínuo, apto a atender e solucionar, com agilidade, quaisquer intercorrências relacionadas à frota.

4.5. CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS:

4.5.1. Todas as informações obtidas durante a execução do contrato deverão ser tratadas como confidenciais, sendo proibida sua divulgação ou compartilhamento sem autorização expressa da contratante.

4.5.2. A contratada deverá seguir rigorosamente as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/2018), adotando medidas para prevenir vazamentos, acessos não autorizados e uso indevido das informações.

4.6. RESPONSABILIDADE POR DANOS E PREJUÍZOS:

4.6.1. A contratada será totalmente responsável por quaisquer danos materiais, morais ou ambientais causados à contratante ou terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, representantes ou prepostos.

4.6.2. A empresa deverá manter responsabilidade civil por eventuais danos causados durante a execução dos serviços.

4.6.3. Caso a contratante seja acionada judicialmente por falha da contratada, todos os custos, indenizações e despesas jurídicas serão integralmente arcados pela contratada.

4.7. ATENDIMENTO, COMUNICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

4.7.1. A contratada deverá manter um canal de comunicação ativo 24/7 para suporte técnico,

atendimento emergencial e esclarecimento de dúvidas.

4.7.2. Comparecer à sede da contratante sempre que solicitado, por meio de preposto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação.

4.7.3. Comunicar imediatamente qualquer irregularidade, falha operacional ou dificuldade que possa comprometer a execução do contrato.

4.7.4. Atender prontamente às solicitações de relatórios, auditorias e fiscalizações da contratante, garantindo total transparência.

4.7.5. Facilitar a fiscalização da execução dos serviços, permitindo acesso a documentos, registros e evidências que comprovem o cumprimento das obrigações contratuais.

4.8. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

4.8.1. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

4.8.2. Qualquer alteração na regularidade fiscal, trabalhista ou técnica da empresa deverá ser imediatamente comunicada à contratante.

4.8.3. A contratada deverá apresentar documentação atualizada sempre que solicitado, incluindo certidões negativas, alvarás e registros junto a órgãos competentes.

4.9. SUSTENTABILIDADE:

4.9.1. De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da GGU, a sustentabilidade deve ser observada em todas as fases do ciclo de vida dos materiais, incluindo produção, uso e descarte. Assim, a contratação deve priorizar materiais recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e livres de trabalho escravo ou infantil, bem como processos produtivos que reduzam a geração de resíduos industriais, consumo de água e energia.

4.9.2. A contratada deverá garantir que todos serviços e produtos envolvidos sigam as diretrizes ambientais, incluindo a utilização de itens que economizem recursos naturais, gerem menos resíduos e sejam passíveis de logística reversa e remanufatura, prolongando sua vida útil e reduzindo impactos ambientais.

4.9.3. Da Troca de Óleo:

4.9.3.1. A prestação dos serviços de troca de óleo deverá atender à Resolução nº 804/2019 da ANP, garantindo que apenas óleos lubrificantes registrados na ANP e fabricados por empresas regularmente autorizadas sejam utilizados. Além disso, a contratação deverá atender às exigências ambientais, assegurando que os resíduos sejam descartados de forma responsável.

4.9.3.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e da Resolução CONAMA nº 362/2005, a contratada será responsável pelo recolhimento e destinação

adequada do óleo lubrificante usado, de seus resíduos e embalagens, garantindo:

- I - Armazenamento seguro do óleo usado, evitando contaminação ambiental;
- II - Coleta e descarte por empresas licenciadas pelos órgãos ambientais;
- III - Destino final ambientalmente adequado, com comprovação documental.

4.9.4. Da Destinação de Pneus:

4.9.4.1. A contratada deverá garantir a destinação ambientalmente correta dos pneus inservíveis, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305/2010 e Resolução CONAMA nº 416/2009. Além disso, os pneus adquiridos para reposição deverão possuir Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nas classes A ou B, conforme Portaria INMETRO nº 379/2021.

4.9.5 Descarte de Pilhas e Baterias:

4.9.5.1. As pilhas e baterias utilizadas deverão respeitar os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 401/2008. A destinação inadequada desses resíduos, como lançamento em corpos d'água ou aterros não licenciados, será expressamente vedada.

4.9.5.2. A contratada deverá garantir a logística reversa desses materiais, recolhendo e encaminhando-os ao fabricante ou importador responsável por sua destinação adequada, conforme determina a Lei nº 12.305/2010 e a Instrução Normativa IBAMA nº 08/2012.

4.9.5.3. As baterias automotivas utilizadas deverão possuir o Selo de Identificação da Conformidade INMETRO, conforme exigido pela Portaria INMETRO nº 145/2022.

4.10. Garantia Da Continuidade Operacional

4.10.1. A gestão eficiente da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE depende da regularidade na manutenção dos veículos.

4.10.2. A contratada deverá garantir disponibilidade ininterrupta dos serviços (24 horas por dia, 7 dias por semana), incluindo suporte técnico imediato para manutenções emergenciais.

4.10.3. Qualquer interrupção ou falha nos serviços que impactem a operação da frota deverá ser resolvida de forma imediata, evitando prejuízos à prestação dos serviços de saúde.

4.10.4. A contratada deverá garantir que nenhuma interrupção de pagamento aos fornecedores ocorra, de forma que não haja impactos operacionais na manutenção da frota.

4.11. Vistoria:

4.3.1. A vistoria técnica será facultativa, podendo o interessado realizar visita prévia para conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

4.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3.4. Uma vez facultada a realização da vistoria prévia no Termo de Referência, os interessados terão três opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

- a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização do serviço;
- b) atestar que conhece o local e as condições da realização do serviço;
- c) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.3.6. Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da licitante.

4.3.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.3.8. O termo de vistoria deverá ser assinado em 02 (duas) vias, pelo representante da empresa e pelo Amvap Saúde, uma via ficará de posse do representante do Amvap Saúde.

4.3.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE:

Os serviços serão prestados de forma contínua e sob demanda, de forma que a estimativa considerou a frota atual do consórcio, composta por veículos leves, vans, micro-ônibus, veículo de vacinação utilizados no transporte de pacientes e agentes de saúde.

5.1. Estimativa de Quantitativos, Consumo e Custos Contratuais da Frota do Consórcio AMVAP Saúde:

A estimativa de consumo dos serviços de manutenção foi realizada com base na frota atual do Consórcio AMVAP SAÚDE, considerando a execução de manutenções preventivas e corretivas, bem como as intervenções em veículos em período de garantia.

A projeção foi elaborada de forma a assegurar a adequada disponibilidade dos serviços ao longo de toda a vigência contratual, garantindo a continuidade operacional da frota e a prestação eficiente dos serviços de saúde aos municípios consorciados.

5.2. Composição da Frota:

A frota prevista para atendimento da contratação é composta por:

- 24 (vinte e quatro) micro-ônibus em operação;
- 5 (cinco) vans destinadas à ação Vacimóvel;
- 4 (quatro) vans destinadas ao transporte de pacientes;
- 1 (um) veículo de passeio de apoio administrativo.

5.3. Da Previsão de Consumo e memória de cálculo da Manutenção da Frota AMVAP Saúde:

A estimativa de gastos com manutenção da frota foi elaborada com base em dados históricos de execução orçamentária, considerando o comportamento real do consumo de manutenção dos veículos do Consórcio AMVAP SAÚDE.

Para fins de análise, foram considerados os dados dos exercícios de 2022 a 2025, bem como a projeção para o exercício de 2026, conforme demonstrado a seguir:

Evolução dos Custos da Frota e Custo Médio por Veículo – AMVAP Saúde (2022–2026)						
Ano	Período Considerado	Frota Total	Veículos que utilizaram	Valor (R\$)	Custo Médio por Veículo (R\$)	Tipo
2022	Jan–Dez (12 meses)	10	10	279.167,47	27.916,75	Real
2023	Jan–Dez (12 meses)	10	10	344.233,68	34.423,37	Real
2024	Jan–Dez (12 meses)	10	10	242.346,24	24.234,62	Real
2025	Jun–Dez (7 meses)	30	19	431.077,73	22.868,30	Real (parcial)
2026	Projeção (12 meses)	34	34	1.286.714,56	37.844,55	Projetado

5.4. Metodologia de Cálculo:

A previsão de gastos com a frota para o exercício de 2026 foi elaborada com base em critérios técnicos que combinam dados históricos (2022 a 2024) e a execução real mais recente registrada no exercício de 2025, especialmente as informações provenientes do sistema de gerenciamento de manutenção.

A metodologia foi ajustada para refletir com maior precisão o comportamento real do consumo, considerando que nem todos os veículos da frota em 2025 demandaram manutenção, bem como a inclusão de novos serviços no escopo contratual, como a lavagem e higienização da frota.

5.4.1. Critérios Utilizados:

- Média dos gastos com manutenção dos exercícios de 2022 a 2024;
- Execução real registrada no sistema no período de 01/06/2025 a 31/12/2025;
- Apuração do custo médio por veículo efetivamente demandante de manutenção;
- Cálculo de média ponderada entre dados históricos e dados recentes;

- e) Projeção para a totalidade da frota em 2026;
f) Inclusão dos custos com lavagem de veículos, inexistentes nos exercícios anteriores.

5.4.2. Base de Cálculo – Exercício 2025:

No exercício de 2025, foram considerados o período de 7 meses onde estava implementado o sistema de gerenciamento.

5.4.3. Execução Real no Sistema (período parcial):

Período: 01/06/2025 a 31/12/2025 (7 meses)

Despesa registrada: R\$ 431.077,73

Veículos que efetivamente demandaram manutenção: 19

5.4.4. Base Histórica (2022 a 2024):

Média dos gastos: **R\$ 288.582,46**

Frota média: 10 veículos

Custo médio histórico por veículo: R\$ 28.858,25

5.4.5. Cálculo do Custo Médio Ponderado:

Para maior precisão, foi adotada média ponderada:

40% histórico

60% dados recentes (2025)

Custo médio final por veículo: R\$ 34.879,84

5.4.6. Projeção da Frota para 2026:

Frota prevista:

- 24 micro-ônibus;

- 5 vans;

- 4 minibus;

- 1 veículo leve.

Total: 34 veículos

Considera-se que todos estarão em plena operação, com demanda efetiva por manutenção.

5.4.7. Projeção de Gastos com Manutenção – 2026:

$34 \times \text{R\$ } 34.879,84 = \text{R\$ } 1.185.914,56$

5.4.8. Inclusão dos Custos com Lavagem:

Para o exercício de 2026, passa a ser incluído o serviço de lavagem da frota, inexistente nos períodos anteriores.

5.4.8.1. Premissas adotadas:

Para a estimativa, considerou-se 1 lavagem mensal para veículos pesados (R\$ 250,00) e 2 lavagens mensais para veículos leves (R\$ 120,00), com base no uso operacional e valores de mercado.

5.4.8.2. Cálculo:

Pesados: R\$ 72.000,00

Leves: R\$ 28.800,00

Total lavagem: R\$ 100.800,00

5.4.9. Resultado da Previsão – 2026

A previsão total de gastos com a frota para o exercício de 2026 foi estimada considerando os custos com manutenção preventiva e corretiva, bem como a inclusão dos serviços de lavagem e higienização dos veículos, inexistentes nos exercícios anteriores.

Com base no custo médio ponderado por veículo, apurado em R\$ 34.879,84, e considerando a frota total de 34 veículos em plena operação, o valor estimado para manutenção corresponde a R\$ 1.185.914,56.

Adicionalmente, foram incluídos os custos com lavagem da frota, calculados a partir da frequência média de 1 lavagens mensais por veículo, com valores diferenciados conforme o tipo de veículo, sendo R\$ 250,00 para veículos pesados e quatro lavagens no valor de R\$ 120,00 para veículos leves, resultando no montante anual de R\$ 100.800,00.

Dessa forma, a previsão total de gastos com a frota para o exercício de 2026 perfaz o valor de R\$ 1.286.714,56, contemplando integralmente os serviços de manutenção e lavagem necessários para garantir a adequada operação dos veículos.

Projeção para 2026: 1.286.714,56 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos).

5.4.10. Considerações Finais:

A metodologia adotada para o exercício de 2026 aprimora significativamente a precisão da estimativa ao combinar dados históricos com informações reais recentes, além de considerar apenas os veículos que efetivamente demandaram manutenção para apuração do custo médio.

Destaca-se que a projeção para 2026 incorpora não apenas o aumento da frota e sua plena utilização, mas também a ampliação do escopo contratual, com a inclusão dos serviços de lavagem, inexistentes nos exercícios anteriores, o que impacta diretamente no valor global estimado.

Ressalta-se que o custo exato com manutenção e lavagem não pode ser previamente determinado, sendo possível apenas sua estimativa com base em parâmetros técnicos e dados históricos, uma vez que tais despesas são influenciadas por fatores variáveis, tais como:

- Condições das vias e intensidade de uso dos veículos;
- Estado de conservação e idade da frota;
- Condições climáticas e ambientais;
- Frequência de utilização e quilometragem percorrida;
- Práticas de condução e manutenção preventiva adotadas.

Dessa forma, a estimativa apresentada reflete a melhor metodologia disponível, garantindo maior fidedignidade na previsão orçamentária e assegurando a continuidade dos serviços essenciais de transporte intermunicipal de pacientes. O monitoramento contínuo da execução contratual e a fiscalização dos serviços permitirão ajustes ao longo do período, promovendo eficiência, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado, nos termos do inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, constitui etapa essencial da fase preparatória da contratação, destinada à identificação, análise comparativa e avaliação crítica das soluções disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade administrativa previamente delineada. Essa etapa não se limita à simples coleta de informações, mas envolve um exame técnico aprofundado das alternativas existentes, com o objetivo de evidenciar, de forma fundamentada, a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, em estrita observância ao interesse público.

No caso em análise, a necessidade identificada pelo Consórcio AMVAP SAÚDE refere-se à gestão e controle da manutenção de sua frota de veículos, compreendendo não apenas a execução das manutenções preventivas e corretivas, mas também o acompanhamento das intervenções em garantia, a disponibilização de sistema informatizado de gestão e a operacionalização por meio de rede credenciada de prestadores.

Diante dessa complexidade, o levantamento de mercado foi conduzido com o propósito de identificar quais modelos de solução são efetivamente capazes de atender, de forma integrada e eficiente, às demandas operacionais do consórcio, especialmente considerando a ampliação da frota, a intensificação do uso dos veículos e a expansão territorial das operações no âmbito do Transporta SUS-MG.

A análise das alternativas disponíveis evidenciou, inicialmente, a existência de três principais modelos de solução adotados no mercado para atendimento de demandas relacionadas à manutenção de frotas públicas, conforme quadro a seguir:

ITEM	TIPO DE SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS
1	Contratação direta e individualizada de oficinas mecânicas e prestadores de serviços	<p>O primeiro modelo corresponde à contratação direta e individualizada de oficinas mecânicas e prestadores de serviços, mediante a celebração de múltiplos contratos ou a realização de procedimentos licitatórios específicos para cada tipo de manutenção ou fornecimento de peças.</p> <p>Embora esse modelo possa, em tese, permitir maior controle direto sobre os prestadores, verificou-se que sua aplicação, no contexto do Consórcio AMVAP SAÚDE, apresenta relevantes limitações operacionais e gerenciais, tais como a fragmentação da gestão, a dificuldade de padronização dos serviços, a ausência de controle centralizado das informações, o aumento da carga administrativa e a elevação do risco de ineficiência na aplicação dos recursos públicos. Ademais, tal modelo revela-se incompatível com a necessidade de atendimento descentralizado e em diferentes localidades, especialmente em razão da ampliação das rotas de atendimento, o que poderia resultar em indisponibilidade de serviços em situações emergenciais e aumento do tempo de inatividade dos veículos.</p>

2	Execução direta dos serviços de manutenção pela própria Administração	<p>O segundo modelo identificado consiste na execução direta dos serviços de manutenção pela própria Administração, mediante estruturação de oficinas próprias, aquisição de equipamentos, contratação de mão de obra especializada e gestão interna de todas as atividades relacionadas à manutenção da frota.</p> <p>Embora essa alternativa possa proporcionar maior autonomia operacional, sua viabilidade, no caso concreto, mostra-se limitada diante dos elevados custos de implantação e manutenção da estrutura necessária, da necessidade de constante atualização tecnológica, da dificuldade de gestão de estoque de peças e insumos, bem como da exigência de corpo técnico altamente especializado.</p> <p>Além disso, tal modelo não se mostra compatível com a dinâmica operacional do consórcio, especialmente no que se refere à necessidade de atendimento em múltiplas localidades, o que exigiria a replicação da estrutura física em diferentes regiões, tornando a solução economicamente inviável e operacionalmente ineficiente.</p>
3	Contratação de empresa especializada em gestão integrada de frotas	<p>O terceiro modelo, amplamente adotado por órgãos e entidades da Administração Pública, consiste na contratação de empresa especializada em gestão integrada de frotas, responsável pelo gerenciamento completo das manutenções preventivas e corretivas, pela intermediação com rede credenciada de prestadores de serviços, pela disponibilização de sistema informatizado de controle e pela execução de processos de cotação e autorização de serviços. Esse modelo foi identificado como a prática predominante em instituições públicas de referência, como tribunais superiores, conselhos nacionais e consórcios intermunicipais, evidenciando sua aderência às melhores práticas de gestão pública contemporânea.</p> <p>O terceiro modelo, amplamente adotado por órgãos e entidades da Administração Pública, consiste na contratação de empresa especializada em gestão integrada de frotas, responsável pelo gerenciamento completo das manutenções preventivas e corretivas, pela intermediação com rede credenciada de prestadores de serviços, pela disponibilização de sistema informatizado de controle e pela execução de processos estruturados de cotação, autorização e acompanhamento dos serviços. Esse modelo foi identificado como a prática predominante em instituições públicas de referência, evidenciando sua</p>

	<p>aderência às melhores práticas de gestão pública contemporânea.</p> <p>No âmbito do presente levantamento, destaca-se que a análise desse modelo não se limitou a uma avaliação teórica, tendo sido fundamentada em pesquisa técnica previamente realizada no exercício de 2025, posteriormente revisitada, atualizada e validada para o presente processo de contratação. Tal procedimento metodológico permitiu a consolidação de um conjunto consistente de evidências empíricas acerca das soluções efetivamente adotadas no mercado, especialmente no setor público, com foco na identificação de práticas que assegurem eficiência operacional, economicidade e transparência na gestão da manutenção de frotas.</p> <p>Nesse contexto, foram analisadas experiências concretas de órgãos públicos de elevada relevância institucional, os quais, diante de demandas operacionais semelhantes, optaram pela adoção de soluções especializadas de gestão integrada. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, adota modelo de contratação de empresa especializada para administração e gerenciamento compartilhado de frotas, abrangendo a gestão das manutenções. De forma convergente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) utiliza solução baseada na contratação de empresa para gerenciamento das manutenções preventivas e corretivas por meio de rede credenciada de prestadores. O Superior Tribunal Militar (STM), por sua vez, também implementa modelo estruturado de administração e gerenciamento das manutenções da frota, reforçando a consolidação desse padrão no âmbito da Administração Pública.</p> <p>A pesquisa contemplou, ainda, a análise de experiências de consórcios públicos com características operacionais semelhantes às do Consórcio AMVAP SAÚDE, evidenciando a replicabilidade e a aderência do modelo ao contexto consorciado. O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Triângulo Mineiro (CISTRI), por exemplo, adota sistema de gerenciamento eletrônico de frotas, assegurando maior controle, rastreabilidade e eficiência na execução das manutenções. De modo semelhante, o Consórcio Interfederativo Santa Catarina (CINCATARINA) implementa solução estruturada de gestão de frotas, incluindo a administração das manutenções preventivas e corretivas, com resultados positivos em termos de controle de custos e disponibilidade da frota.</p>
--	--

A análise comparativa entre os modelos demonstrou que a solução de gestão integrada de frotas apresenta vantagens significativas em relação às demais alternativas, especialmente no que se refere à eficiência operacional, à economicidade, à transparência e ao controle da execução contratual.

Tal modelo permite a centralização das informações em ambiente digital, a rastreabilidade completa dos serviços realizados, a padronização dos procedimentos, a realização de cotações competitivas entre prestadores credenciados e a redução do tempo de indisponibilidade dos veículos. Ademais, possibilita maior previsibilidade dos custos, mitigação de riscos de fraudes e desvios, bem como otimização da aplicação dos recursos públicos, uma vez que os serviços são executados com base em parâmetros previamente definidos e submetidos à validação da Administração.

As experiências exitosas de outros órgãos públicos que adotaram soluções semelhantes, bem como práticas consolidadas no setor privado, especialmente em empresas que operam frotas de grande porte e utilizam sistemas de gestão informatizada para controle de manutenção foram determinantes para a escolha dessa solução. Essa análise permitiu verificar que a adoção de soluções integradas não apenas melhora a eficiência operacional, mas também contribui para a ampliação da vida útil dos veículos, a redução de custos com manutenções emergenciais e a melhoria na qualidade dos serviços prestados, além do fato de algumas dessas contratações analisadas adotarem instrumentos complementares de governança, como a utilização de tabelas referenciais de preços, voltadas à padronização dos orçamentos e ao fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização contratual. Tal prática contribui significativamente para a previsibilidade dos custos, a mitigação de distorções de preços e a ampliação da transparência na execução dos serviços, sendo amplamente reconhecida como boa prática na gestão pública.

Ainda foram avaliadas as condições usuais de mercado para contratação desse tipo de serviço, incluindo a existência de empresas especializadas, a disponibilidade de sistemas informatizados, a abrangência de redes credenciadas e os modelos de precificação adotados. Constatou-se que o mercado apresenta quantidade suficiente de fornecedores aptos a atender à demanda, não havendo indícios de restrição indevida à competitividade, desde que os requisitos da contratação sejam estabelecidos de forma proporcional e tecnicamente justificada.

Importa destacar que, durante o levantamento de mercado, foram observadas as cautelas necessárias para garantir a imparcialidade e a lisura do processo, incluindo a utilização de fontes diversificadas de informação, a análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos e a avaliação crítica das soluções disponíveis, evitando-se qualquer direcionamento indevido da contratação.

Diante do exposto, conclui-se que a solução de gestão integrada da manutenção da frota, por meio da contratação de empresa especializada, apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades do Consórcio AMVAP SAÚDE, por reunir, de forma concomitante, eficiência operacional, economicidade, transparência e capacidade de adaptação às demandas logísticas decorrentes da atuação regionalizada do consórcio.

A escolha dessa solução encontra respaldo não apenas na análise técnica e econômica realizada, mas também nas melhores práticas adotadas pela Administração Pública, evidenciando sua plena aderência ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Conforme indicado no item 4.4.9 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), a projeção dos gastos para um período de 12 meses é de **R\$ 1.286.714,56 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos)**.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A descrição da solução como um todo, nos termos do inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, exige que a Administração apresente, de forma integrada, o conjunto completo de elementos necessários para que a contratação seja apta a resolver o problema identificado e a produzir os resultados pretendidos. Não basta, portanto, descrever isoladamente o serviço a ser contratado. Faz-se necessário demonstrar como os diversos componentes da solução se articulam entre si, de maneira coordenada e funcional, para assegurar a plena satisfação da necessidade administrativa que motivou a contratação.

No caso do Consórcio AMVAP SAÚDE, a necessidade previamente caracterizada consiste em garantir a continuidade operacional, a segurança, a conservação e a eficiência da frota utilizada no transporte de pacientes, no deslocamento de equipes de saúde e no apoio às atividades institucionais, contexto que exige solução estruturada, permanente, controlável e tecnicamente adequada à complexidade da operação desenvolvida.

A solução concebida para atender a essa necessidade não se resume à execução pontual de reparos mecânicos ou à simples contratação de oficinas para atendimento sob demanda. Ao contrário, trata-se de uma solução integrada de gestão e controle da manutenção da frota, estruturada para abranger, de forma articulada, todos os elementos indispensáveis à adequada administração dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e em garantia dos veículos pertencentes ao consórcio. Seu núcleo central reside na contratação de pessoa jurídica especializada capaz de operar um modelo completo de gerenciamento, que una tecnologia, rede de atendimento, controle operacional, fiscalização dos serviços, rastreabilidade das informações e suporte à tomada de decisão administrativa.

A primeira dimensão dessa solução consiste na disponibilização de sistema informatizado de gestão de frotas, que representa o eixo estruturante do modelo proposto. A adoção dessa ferramenta não possui caráter acessório ou meramente instrumental, mas revela-se indispensável para assegurar o controle integral da execução contratual. Por meio desse sistema, deverão ser registrados, acompanhados e armazenados todos os dados relativos à frota, às manutenções realizadas, aos serviços autorizados, às peças substituídas, aos custos incorridos, aos prazos de atendimento, ao histórico individualizado de cada veículo e às intervenções executadas em garantia. Trata-se, portanto, de mecanismo voltado à centralização das informações, à rastreabilidade das operações, à emissão de relatórios gerenciais e ao fortalecimento dos controles internos, permitindo que a Administração atue com maior precisão, transparência e capacidade de fiscalização.

A segunda dimensão essencial da solução refere-se à gestão da manutenção preventiva e corretiva da frota. Esse componente compreende o gerenciamento contínuo das revisões programadas, das inspeções periódicas, dos reparos emergenciais e das intervenções necessárias ao restabelecimento das condições adequadas de uso dos veículos. A manutenção preventiva assume papel estratégico na solução, pois permite a identificação antecipada de desgastes, falhas e riscos operacionais, reduzindo a ocorrência de quebras inesperadas e a necessidade de reparos de maior custo. A manutenção corretiva,

por sua vez, deve ser integrada ao mesmo sistema de gestão, de modo a possibilitar resposta célere, controle dos prazos, rastreamento dos serviços executados e minimização do tempo de indisponibilidade dos veículos. A solução, portanto, não se limita à existência de prestadores aptos à execução dos serviços, mas pressupõe um modelo gerencial capaz de organizar, monitorar e validar cada intervenção realizada.

Outro elemento indissociável da solução é o acompanhamento das manutenções em garantia, aspecto particularmente relevante diante da existência de veículos que se encontram cobertos por garantias contratuais dos fabricantes. Nesses casos, a solução deve assegurar que as revisões e intervenções sejam direcionadas a concessionárias autorizadas ou prestadores habilitados, em estrita conformidade com as exigências técnicas dos fabricantes, de modo a evitar a perda da cobertura de garantia e a preservar os direitos contratuais da Administração. A inclusão desse componente na solução demonstra que a contratação não se limita a atender a frota sob a ótica da manutenção ordinária, mas contempla também as especificidades técnicas e jurídicas inerentes ao ciclo de vida dos veículos.

A solução também compreende a implantação, organização e manutenção de rede credenciada de fornecedores, composta por oficinas, concessionárias autorizadas e demais prestadores de serviços especializados, aptos a realizar os atendimentos necessários em condições de qualidade, regularidade e capilaridade compatíveis com a área de atuação do Consórcio AMVAP SAÚDE. Esse elemento revela-se imprescindível porque a dinâmica operacional do consórcio não admite dependência exclusiva de prestadores localizados em um único município ou em área geográfica restrita. Considerando a ampliação da abrangência territorial das atividades desenvolvidas, inclusive em razão da lógica regionalizada que orienta o transporte sanitário eletivo, a solução exige rede apta a atender os veículos em diferentes localidades, inclusive em situações emergenciais ou fora da sede administrativa. A rede credenciada, nesse sentido, integra a própria essência da solução, pois constitui a base material que viabiliza a execução descentralizada, ágil e eficiente dos serviços.

Associado a isso, a solução contempla a realização de processos estruturados de cotação e autorização dos serviços, a fim de assegurar que cada demanda de manutenção seja submetida a critérios objetivos de avaliação técnica e econômica. Esse componente é fundamental para promover economicidade, impedir a aceitação automática de preços incompatíveis com o mercado e permitir que a Administração disponha de parâmetros concretos para validação dos orçamentos apresentados. A eventual utilização de tabelas referenciais, relatórios comparativos e mecanismos de conferência de preços integra, portanto, a solução como instrumento de governança contratual, reforçando a previsibilidade, a eficiência e a transparência da execução.

Também integra a solução o fornecimento de peças, insumos, mão de obra e serviços correlatos necessários à execução das manutenções. Isso porque a plena funcionalidade do modelo depende não apenas do gerenciamento administrativo dos serviços, mas da efetiva disponibilização dos meios materiais e operacionais necessários à recomposição e conservação da frota. A solução deve assegurar que as peças aplicadas sejam compatíveis com os veículos, que a mão de obra empregada seja tecnicamente qualificada e que os serviços correlatos observem padrões mínimos de qualidade, segurança e adequação técnica. Em outras palavras, a contratação não visa apenas intermediar a manutenção, mas viabilizar, em sua integralidade, a execução material das intervenções indispensáveis à operação segura e eficiente da frota.

Outro aspecto que compõe a solução como um todo é a definição de prazos e padrões mínimos de

atendimento técnico, incluindo prazo para implantação do sistema, credenciamento inicial da rede, resposta às solicitações de manutenção, apresentação de orçamentos, solução de falhas do sistema e atendimento de ocorrências emergenciais. Esses parâmetros são essenciais para que a solução não permaneça em nível abstrato ou meramente programático, mas se traduza em obrigações concretas de desempenho. A definição desses marcos operacionais permite que a Administração controle a tempestividade da execução, mensure a eficiência contratual e adote providências corretivas ou sancionatórias quando necessário.

A solução concebida também pressupõe a realização de atividades de suporte à implantação, transição e utilização do modelo contratado, incluindo parametrização do sistema, cadastramento da frota, definição de perfis de acesso, treinamento dos usuários e apoio técnico inicial. Tais elementos, embora por vezes tratados como acessórios, são indispensáveis para a efetiva operacionalização da solução. Isso porque a simples disponibilização de plataforma tecnológica ou de rede credenciada, sem adequada implantação e capacitação dos agentes responsáveis pela gestão contratual, comprometeria a efetividade do modelo e reduziria sua capacidade de gerar os resultados esperados.

Sob essa perspectiva, a solução como um todo deve ser compreendida como um arranjo integrado formado por tecnologia de gestão, rede de prestadores, fluxos de autorização, controle de preços, execução material das manutenções, acompanhamento das garantias, suporte técnico, treinamento operacional e mecanismos de fiscalização e rastreabilidade. É justamente a interação entre esses elementos que confere completude, funcionalidade e coerência ao modelo proposto. A ausência de qualquer um desses componentes comprometeria a integridade da solução e reduziria sua aptidão para atender adequadamente à necessidade administrativa identificada.

No caso concreto, a opção por essa solução integrada mostra-se tecnicamente superior às alternativas fragmentadas ou simplificadas, porque atende simultaneamente às exigências de continuidade operacional da frota, controle administrativo dos serviços, economicidade na aplicação dos recursos públicos, segurança dos usuários, preservação dos veículos e conformidade com as boas práticas de gestão pública. Além disso, a modelagem proposta mostra-se compatível com a estrutura e com a realidade operacional do Consórcio AMVAP SAÚDE, cuja frota é composta por veículos de diferentes tipologias e finalidades, demandando gerenciamento especializado, capilaridade de atendimento e acompanhamento contínuo das condições de uso.

Nesse sentido, a solução a ser adotada tem como objetivo assegurar maior eficiência operacional, economicidade, transparência e controle na execução dos serviços, permitindo o acompanhamento integral das manutenções realizadas e contribuindo para a disponibilidade da frota, de modo a conter os seguintes elementos mínimos:

a) Sistema Informatizado de Gestão de Frotas: a contratada deverá disponibilizar um sistema informatizado e integrado para a gestão completa da frota, sem ônus para o Consórcio AMVAP SAÚDE. Esse sistema deve garantir:

- Acesso via web, com compatibilidade com a infraestrutura do Consórcio;
- Registro detalhado e em tempo real de todas as operações da frota, incluindo manutenções preventivas e corretivas, intervenções em veículos em garantia;
- Armazenamento seguro das informações e emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais para acompanhamento da gestão da frota;
- Assistência técnica ágil, solucionando problemas do sistema em até 48 horas;

- Comparação e monitoramento de preços praticados pela rede credenciada de oficinas, concessionárias e prestadores de serviços, garantindo a execução dos serviços com valores compatíveis aos praticados no mercado.

b) Gestão da Manutenção Preventiva e Corretiva: a manutenção da frota será realizada por meio de oficinas credenciadas, com um modelo que permite cotação competitiva e controle rigoroso das execuções de serviço, devendo a contratada:

- Realizar orçamentos prévios e obter propostas de oficinas credenciadas, incluindo concessionárias autorizadas para veículos em garantia, no prazo máximo de 72 horas;
- Disponibilizar uma plataforma que permita ao Consórcio “abrir cotações”, possibilitando concorrência entre prestadores e garantindo o menor custo com qualidade assegurada;
- Emitir relatórios e laudos técnicos detalhados sobre os serviços realizados, contendo informações como peças utilizadas, mão de obra aplicada, tipo de serviço executado (inclusive em garantia) e tempo de execução;
- Garantir disponibilidade de prestadores de manutenção em diversas localidades, minimizando o tempo de inatividade dos veículos e evitando prejuízos operacionais;
- Gerenciar todas as etapas da manutenção preventiva, corretiva e em garantia, assegurando que sejam realizados no momento adequado e reduzindo gastos desnecessários com intervenções emergenciais.

c) Implantação e Credenciamento da Rede de Fornecedores: a empresa contratada deverá realizar a implantação completa do sistema de gestão da frota em até 10 dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato. Isso inclui:

- Credenciamento da rede de oficinas mecânicas, concessionárias autorizadas (para veículos em garantia) e prestadores de serviços que atenderão ao Consórcio;
- Parametrização do sistema conforme as necessidades do Consórcio AMVAP SAÚDE, incluindo cadastro da frota, tipos de serviços, níveis de autorização e fluxos de aprovação;
- Treinamento dos gestores e usuários do sistema, contemplando a operação, abertura de chamados, acompanhamento de serviços e emissão de relatórios;
- Disponibilização de manuais operacionais e suporte técnico inicial para utilização da plataforma;
- Garantia da continuidade do serviço durante o processo de transição, evitando qualquer paralisação nas atividades do Consórcio;
- Implantação de controle por veículo, permitindo o acompanhamento individualizado do histórico de manutenções e prestação de serviço;
- Integração e ativação dos módulos de cotação eletrônica, possibilitando concorrência entre prestadores credenciados;
- Estabelecimento de prazos e fluxos para atendimento de manutenções, inclusive emergenciais, assegurando agilidade na execução dos serviços;
- Disponibilização de canais de atendimento e suporte contínuo aos usuários, durante e após a implantação do sistema;
- Validação operacional do sistema junto ao Consórcio, garantindo pleno funcionamento antes do encerramento da fase de implantação.

d) Rede Credenciada para Manutenção: a contratada deverá manter rede credenciada ampla, adequada e suficiente para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como das intervenções em veículos em período de garantia, garantindo atendimento eficiente e compatível

com as necessidades do Consórcio AMVAP SAÚDE. Considerando que a sede administrativa do consórcio está localizada no município de Uberlândia/MG, a rede credenciada deverá possuir cobertura adequada neste município, de forma a possibilitar o acompanhamento direto, a fiscalização e o controle das manutenções realizadas. Para atendimento às demandas emergenciais e ocorrências fora da sede, a contratada deverá disponibilizar rede credenciada complementar nos municípios atendidos pelo Consórcio AMVAP SAÚDE e em outras localidades necessárias à execução do contrato, garantindo suporte em deslocamentos regionais e interestaduais. A rede credenciada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Disponibilizar prestadores com cobertura adequada no município de Uberlândia/MG para atendimento regular da frota;
- Disponibilizar prestadores nos municípios atendidos pelo Consórcio AMVAP SAÚDE e em outras localidades necessárias à execução do contrato, especialmente para atendimentos emergenciais;
- Contar com oficinas aptas à execução de serviços de mecânica geral, auto elétrica e borracharia;
- Disponibilizar concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia, quando aplicável;
- Manter a rede credenciada ativa durante toda a vigência do contrato, permitindo a inclusão e substituição de prestadores conforme a necessidade do consórcio;
- Disponibilizar ao consórcio a relação atualizada dos prestadores credenciados, contendo identificação, localização e tipos de serviços ofertados;
- Assegurar que os serviços sejam executados por prestadores devidamente qualificados, vedada a subcontratação indevida;
- Garantir padrões de qualidade e preços compatíveis com os praticados no mercado.
- A comprovação da rede credenciada não será exigida na fase de habilitação, devendo sua implantação ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, assegurada a cobertura adequada nas localidades necessárias à execução dos serviços e suporte operacional em âmbito regional e/ou nacional;
- A rede credenciada deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato, permitindo a inclusão e substituição de prestadores conforme a necessidade do Consórcio AMVAP SAÚDE;
- Os prestadores deverão atender às exigências técnicas, ambientais, sanitárias e regulatórias aplicáveis, assegurando a qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados;
- A rede deverá contemplar prestadores especializados por tipo de serviço, incluindo mecânica geral, auto elétrica, borracharia e concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia;
- As credenciadas deverão possuir estrutura física e capacidade técnica compatíveis com os tipos de veículos da frota (veículos leves, vans e micro-ônibus);
- A contratada deverá assegurar que os serviços sejam executados diretamente pelos prestadores credenciados, sendo vedada a subcontratação indevida;
- Deverá ser assegurada cobertura geográfica compatível com a área de atuação do consórcio, incluindo suporte em deslocamentos regionais e interestaduais;
- As credenciadas deverão cumprir prazos adequados de atendimento, especialmente em situações emergenciais, evitando a paralisação prolongada dos veículos;
- A contratada deverá disponibilizar ao consórcio a relação atualizada dos prestadores credenciados, contendo identificação, localização e tipos de serviços ofertados;
- As empresas credenciadas deverão emitir laudos técnicos e registros dos serviços realizados, garantindo rastreabilidade, controle e suporte às atividades de fiscalização e auditoria;

- Os serviços prestados deverão observar padrões de qualidade e preços compatíveis com os praticados no mercado, assegurando a economicidade na execução contratual.
- A contratada deverá garantir a inclusão de prestadores indicados pelo Consórcio AMVAP SAÚDE em sua rede credenciada, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, desde que atendidos os critérios técnicos, legais e operacionais exigidos, não podendo recusar o credenciamento sem justificativa formal.

e) Prazos e Atendimento Técnico: para garantir a adequada operacionalidade da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, a contratada deverá cumprir os seguintes prazos:

- Implantação completa do sistema em até 10 (dez) dias úteis, incluindo o credenciamento inicial de oficinas e concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia, bem como treinamentos e integração ao sistema de gestão da manutenção;
- Solução de problemas técnicos do sistema em até 4 horas durante dias úteis, das 7h às 19h, com possibilidade de prorrogação mediante justificativa técnica;
- Atendimento inicial às solicitações de manutenção em até 24 horas, incluindo manutenções corretivas, serviços emergenciais e acionamento de prestadores em garantia, garantindo que os veículos não permaneçam parados por períodos prolongados;
- Execução dos serviços de manutenção em prazo compatível com a complexidade do serviço, devidamente justificado e registrado no sistema;
- Atendimento emergencial em deslocamentos, inclusive interestaduais, no menor tempo possível, conforme nível de criticidade da ocorrência.

f) Adoção de Tabela Referencial para Padronização de Orçamentos: considerando a necessidade de garantir maior previsibilidade e controle sobre os custos contratados, verificou-se a viabilidade de adoção de uma tabela referencial comparativa para aferição dos preços praticados. A inserção dessa tabela no edital contribuirá para a padronização dos orçamentos apresentados pelos fornecedores, permitindo uma análise criteriosa das propostas e assegurando economicidade e transparência no processo licitatório. Essa medida visa minimizar variações excessivas de valores, garantir que os preços contratados estejam dentro dos parâmetros de mercado e proporcionar maior segurança na tomada de decisão. A tabela referencial permitirá que os gestores comparem os preços propostos com valores médios praticados no setor, auxiliando na identificação de propostas incompatíveis ou fora do padrão aceitável.

g) Abrangência e Cobertura Geográfica: considerando a ampliação das rotas da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE para circulação em território interestadual, conforme previsto nas diretrizes do programa Transporta SUS, faz-se necessária a disponibilização de ampla rede credenciada para atendimento às demandas de manutenção da frota. A empresa contratada deverá garantir cobertura geográfica compatível com a área de atuação do consórcio, assegurando atendimento em diferentes municípios e estados, inclusive em situações emergenciais. A rede credenciada deverá:

- Disponibilizar atendimento emergencial para manutenção corretiva dos veículos;
- Contar com prestadores habilitados para atendimento de veículos em período de garantia, conforme exigências dos fabricantes;
- Oferecer serviços de mecânica geral e auto elétrica;
- Disponibilizar serviços de borracharia, incluindo reparo e substituição de pneus;
- Garantir atendimento em prazo adequado, de forma a reduzir o tempo de indisponibilidade dos veículos.

h) Monitoramento e Controle Centralizado: para garantir transparência, eficiência e controle financeiro, a gestão da frota deverá ser realizada por meio de um sistema informatizado, possibilitando:

- Registro eletrônico de todas as manutenções preventivas e corretivas, bem como das intervenções realizadas em veículos em período de garantia, contendo informações detalhadas sobre os serviços executados e os custos envolvidos;
- Monitoramento do status das manutenções, permitindo controle eficiente das operações e da disponibilidade da frota;
- Gerenciamento das manutenções preventivas, corretivas e em garantia, assegurando o cumprimento dos prazos e contribuindo para a redução de custos e aumento da vida útil dos veículos;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos, garantindo a rastreabilidade das despesas e dos serviços realizados, possibilitando auditorias e fiscalização contratual;
- Emissão obrigatória de laudo técnico para cada serviço executado, como condição para autorização de pagamento, contendo, no mínimo: descrição detalhada dos serviços realizados, peças substituídas, justificativa técnica, identificação do responsável pela execução, bem como registro fotográfico comprobatório, incluindo imagens do veículo, dos serviços executados e do hodômetro (quilometragem) na entrada e na saída;
- Registro obrigatório da identificação do veículo, data e horário de entrada e de retirada, bem como da identificação do responsável pela entrega e retirada do veículo, garantindo a rastreabilidade e o controle das operações;
- Armazenamento e disponibilização de todas as informações em ambiente digital, permitindo consulta, acompanhamento e extração de relatórios pelo Consórcio AMVAP SAÚDE a qualquer tempo.

i) Conformidade Documental: a empresa contratada deverá manter toda a documentação necessária atualizada durante a vigência do contrato. A verificação periódica da conformidade documental será realizada para evitar irregularidades e garantir que a contratação esteja em plena conformidade com as normas legais.

Desse modo, a descrição da solução como um todo evidencia que a contratação pretendida não se limita a um conjunto disperso de prestações isoladas, mas corresponde à adoção de uma solução integrada, estruturada e funcionalmente orientada à resolução do problema identificado no Estudo Técnico Preliminar. A contratação, tal como delineada, reúne todos os elementos necessários para assegurar a operacionalidade, a segurança, a conservação e a eficiência da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, revelando-se adequada, suficiente e compatível com o interesse público envolvido.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

O objeto da presente Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de gestão e controle da manutenção da frota de veículos, abrangendo manutenções preventivas e corretivas, incluindo o fornecimento de peças, mão de obra e serviços correlatos, bem como o acompanhamento das manutenções em garantia, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, visando assegurar a operacionalidade, segurança, conservação e eficiência da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE.

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a solução apresenta caráter integrado e indivisível, uma vez que envolve a gestão centralizada das manutenções, o controle unificado das informações, a utilização de plataforma tecnológica específica e a atuação coordenada de rede credenciada.

Nesse contexto, a eventual divisão da contratação em lotes distintos poderia comprometer a eficiência operacional, dificultar o acompanhamento da execução contratual, fragmentar a responsabilidade entre múltiplos prestadores e prejudicar a rastreabilidade dos serviços realizados.

Além disso, a centralização da gestão em um único contratado favorece a padronização dos procedimentos, o controle dos custos e a transparência na execução dos serviços, elementos essenciais para a adequada administração da frota e para a continuidade das atividades assistenciais do consórcio.

Ressalta-se, ainda, que a não realização do parcelamento não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto possui natureza comum e é amplamente ofertado no mercado por empresas especializadas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único se mostra tecnicamente mais adequada e economicamente vantajosa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na nº Lei 14.133/2021, que preconiza o parcelamento apenas quando viável e vantajoso para a Administração Pública.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação de solução para gestão da manutenção da frota, aliada à utilização de sistema informatizado e rede credenciada de oficinas, visa promover maior eficiência operacional, controle dos gastos públicos e otimização dos recursos disponíveis, especialmente diante da ampliação da frota e do aumento da demanda por manutenções ainda no exercício de 2026.

Considerando o crescimento da frota e o fato de que, a partir de 2026, todos os veículos estarão em plena operação e sujeitos à manutenção, espera-se uma gestão mais estratégica, baseada em dados reais de consumo e indicadores de desempenho, observados os seguintes elementos:

- Economicidade e Redução de Custos:

- Adoção de critérios técnicos e objetivos para manutenção preventiva, reduzindo a incidência de falhas mecânicas e minimizando custos com manutenções corretivas emergenciais;
- Utilização de sistema de gerenciamento que possibilita maior controle sobre os serviços executados, evitando desperdícios e despesas indevidas;
- Padronização dos procedimentos de manutenção, com controle por veículo e histórico individualizado;
- Maior competitividade entre fornecedores credenciados, possibilitando melhores preços e condições na execução dos serviços;
- Base de cálculo mais precisa, considerando o custo real por veículo, o que contribui para previsões orçamentárias mais assertivas e redução de distorções.

- Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos:

- Redução de atividades operacionais manuais, com automatização dos processos de solicitação, autorização e acompanhamento de manutenções;
- Melhoria na gestão e tomada de decisão, com base em relatórios gerenciais e indicadores de desempenho da frota;
- Direcionamento da equipe técnica para atividades estratégicas, como fiscalização contratual e planejamento da manutenção;
- Maior controle sobre a atuação dos motoristas quanto à condução e zelo dos veículos.

- Eficiência no Uso dos Recursos Materiais e Financeiros:

- Aumento da vida útil da frota, por meio da execução adequada de manutenções preventivas e corretivas;
- Redução de paradas não programadas, garantindo maior disponibilidade dos veículos para o transporte de pacientes;
- Melhoria na previsibilidade dos gastos, com base em dados históricos e comportamento real de consumo (como evidenciado no exercício de 2025);
- Otimização da aplicação dos recursos financeiros, evitando gastos concentrados e não planejados;
- Utilização de rede credenciada de oficinas, garantindo capilaridade, agilidade no atendimento e continuidade dos serviços;
- Maior rastreabilidade e transparência na execução dos serviços, permitindo auditoria e controle mais efetivo.

Com a adoção desse modelo de gestão, o Consórcio AMVAP SAÚDE passará a ter maior controle sobre os custos e a operação da frota, especialmente em um cenário de expansão e aumento da demanda por manutenção. Espera-se, ainda, maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, melhoria na qualidade dos serviços prestados e garantia da continuidade do transporte intermunicipal de pacientes, com segurança, regularidade e confiabilidade.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Considerando que o Consórcio AMVAP SAÚDE já possui sistema de gerenciamento de manutenção da frota em operação, deverão ser adotadas providências administrativas básicas para garantir a continuidade e eficiência dos serviços, especialmente em caso de eventual substituição da empresa gerenciadora.

Nesse sentido, destacam-se:

- Garantia de continuidade do sistema de gestão, assegurando que todas as informações da frota (cadastros, históricos de manutenção e relatórios) estejam atualizadas e organizadas;
- Migração ou integração de dados, quando necessário, em caso de contratação de nova empresa, evitando perda de informações e descontinuidade dos serviços;
- Capacitação da equipe administrativa, quanto à utilização do sistema, fluxos de solicitação e acompanhamento das manutenções;
- Padronização dos procedimentos internos, relacionados à abertura, autorização e controle das ordens de serviço;
- Acompanhamento contínuo pela equipe administrativa, garantindo o controle dos serviços executados, prazos e custos;
- Apoio da empresa contratada na implantação ou transição do sistema, quando aplicável, assegurando operação regular desde o início da execução contratual.

Dessa forma, as providências visam assegurar a continuidade operacional, o adequado controle das informações e a eficiência na gestão da manutenção da frota.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem diretamente na execução desta solução.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

A solução será implementada em conformidade com as normas ambientais vigentes, garantindo a utilização responsável de manutenções.

14. ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação foi analisada sob a ótica de riscos operacionais, financeiros e jurídicos, com o objetivo de identificar possíveis ocorrências que possam comprometer a execução contratual, bem como estabelecer medidas mitigadoras adequadas, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e gestão de riscos previstos na Lei 14.133/2021.

14.1 Risco: Desconto fictício ou inexecuível

Em contratações anteriores, verificou-se a adoção de modelo em que a contratada apresentava múltiplos orçamentos (mínimo de três) como base para aplicação do desconto ofertado.

Entretanto, observou-se que tal prática, isoladamente, não garantiu a efetiva economicidade, tendo em vista a possibilidade de os orçamentos apresentados não refletirem os reais preços de mercado, seja por seleção de fornecedores com valores mais elevados, seja por ausência de critérios objetivos de validação.

Como consequência, foram identificadas situações em que, apesar do elevado percentual de desconto ofertado, os valores finais praticados permaneciam compatíveis ou até superiores aos de mercado, caracterizando desconto meramente formal.

14.2 Tabela de Riscos:

Risco	Descrição	Impacto	Ações Mitigadoras
Não conformidade legal	Processo não atende às exigências regulatórias	Suspensão do processo, perda de credibilidade e impossibilidade de transporte de pacientes	Revisão jurídica prévia do edital, validação dos instrumentos pela assessoria jurídica e capacitação da equipe envolvida
Seleção inadequada de fornecedores	Contratação de empresas sem qualificação técnica adequada	Serviços de baixa qualidade, aumento de retrabalho e riscos à segurança	Definição rigorosa de critérios de habilitação, análise de atestados de capacidade técnica e verificação documental
Atraso na manutenção	Falta de controle sobre cronograma ou inadimplência com fornecedores	Paralisação parcial da frota, falhas mecânicas e aumento de custos corretivos	Estabelecimento de prazos contratuais, monitoramento por sistema informatizado, aplicação de penalidades e acompanhamento pela fiscalização
Uso de peças não originais	Falta de exigências contratuais e	Redução da vida útil dos veículos e aumento de	Previsão contratual de exigência técnica, validação

	fiscalização deficiente	falhas	prévia dos orçamentos e fiscalização da execução dos serviços.
Inexecução do contrato	Falta de capacidade técnica ou financeira da empresa contratada	Interrupção dos serviços essenciais	Monitoramento contínuo da execução, aplicação de sanções administrativas, possibilidade de rescisão contratual e contratação emergencial

14.3. Medidas Mitigadoras:

Para mitigar o risco identificado, serão adotadas as seguintes medidas:

- O desconto ofertado deverá incidir exclusivamente sobre valores de referência previamente definidos pela Administração ou compatíveis com os praticados no mercado, vedada a utilização de preços formados unilateralmente pela contratada;
- Fica vedada a majoração artificial de preços com a finalidade de neutralizar o desconto ofertado;
- A Administração poderá realizar diligências, pesquisas de mercado, consultas a bancos de preços e outros meios de verificação, não se vinculando exclusivamente a orçamentos apresentados pela contratada;
- Poderão ser promovidas glosas, adequações ou recusas de valores que se mostrarem incompatíveis com a realidade de mercado;
- Propostas com descontos elevados poderão ser submetidas à análise de exequibilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Resultado Esperado:

Com a adoção dessas medidas, busca-se assegurar que o desconto ofertado represente efetiva vantagem econômica, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução contratual.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

A contratação de solução para gestão da manutenção da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE mostra-se plenamente viável e justificada sob os aspectos técnico, operacional, econômico, jurídico e estratégico, especialmente diante do crescimento da frota e do aumento da demanda por manutenções no exercício de 2026.

A solução proposta atende às necessidades institucionais do Consórcio, garantindo maior controle, eficiência operacional, racionalização dos custos e continuidade na prestação dos serviços de transporte intermunicipal de pacientes.

15.1. Viabilidade Técnica e Operacional:

A frota do Consórcio AMVAP SAÚDE desempenha papel essencial na logística assistencial, sendo indispensável para o deslocamento de pacientes e equipes de saúde entre os municípios consorciados. Com a ampliação da frota e a entrada de novos veículos em plena operação no exercício de 2026, torna-se imprescindível a adoção de solução estruturada para gestão da manutenção, que assegure controle, agilidade e rastreabilidade dos serviços executados.

Destacam-se como fatores de viabilidade técnica:

- Gestão centralizada e informatizada: possibilita o controle em tempo real das manutenções, histórico por veículo, custos e indicadores de desempenho, promovendo maior transparência e eficiência;
- Utilização de dados reais de consumo: a projeção para 2026 foi baseada no custo efetivo por veículo verificado em 2025, aumentando a precisão do planejamento;
- Agilidade na execução das manutenções: utilização de rede credenciada de oficinas, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos;
- Continuidade operacional: modelo já adotado pelo Consórcio, o que reduz riscos de implementação e assegura familiaridade da equipe administrativa com o sistema.

Dessa forma, a contratação apresenta elevada viabilidade técnica, por se tratar de solução já testada e compatível com a realidade operacional do Consórcio.

15.2. Viabilidade Econômica e Financeira:

A contratação mostra-se economicamente viável, considerando que a gestão informatizada da manutenção permite maior controle dos gastos, especialmente em um cenário de aumento da frota e ampliação da demanda por serviços. Destacam-se os seguintes benefícios:

- Base de cálculo mais precisa: utilização de custo real por veículo (R\$ 47.084,51), evitando subdimensionamento orçamentário;
- Maior poder de negociação: rede credenciada permite obtenção de melhores condições para execução dos serviços;
- Redução de desperdícios: controle informatizado evita serviços desnecessários e inconsistências nos gastos;
- Otimização dos recursos financeiros: realização de cotações prévias e aprovação dos serviços, garantindo economicidade;
- Previsibilidade orçamentária: planejamento mais assertivo, reduzindo impactos de manutenções emergenciais.

Nesse contexto, a contratação contribui diretamente para a sustentabilidade financeira e o uso eficiente dos recursos públicos.

15.3. Viabilidade Jurídica e Conformidade com a Legislação:

A contratação encontra pleno respaldo jurídico, estando em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas da administração pública.

Destacam-se:

- Lei Federal nº 14.133/2021: atendimento aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e competitividade;
- Estruturação do objeto como solução integrada, em lote único, conforme justificativa técnica apresentada no item 12, assegurando maior eficiência na gestão, padronização dos procedimentos e controle centralizado da execução contratual;
- Boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle: utilização de sistema informatizado para garantir maior transparência, rastreabilidade e controle dos serviços executados;
- Modelo amplamente adotado na Administração Pública: reduzindo riscos jurídicos e operacionais e

assegurando maior confiabilidade na execução contratual.

Dessa forma, a contratação apresenta segurança jurídica e aderência às diretrizes normativas aplicáveis.

15.4. Justificativa Estratégica para a Contratação

A adoção da gestão estruturada da manutenção da frota constitui medida estratégica para o Consórcio AMVAP SAÚDE, especialmente diante da expansão da frota e da necessidade de garantir a continuidade dos serviços.

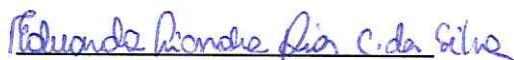
Destacam-se como benefícios estratégicos:

- Maior disponibilidade da frota: redução de paradas não programadas por meio da manutenção preventiva;
- Melhoria na qualidade dos serviços prestados: decisões baseadas em dados e indicadores reais de desempenho;
- Flexibilidade operacional: possibilidade de atendimento em ampla rede credenciada, conforme a demanda;
- Gestão orientada por indicadores: acompanhamento contínuo de custos, desempenho e eficiência da frota;
- Sustentabilidade da operação: modelo adaptável ao crescimento da frota e à evolução das demandas.

16. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a contratação da gestão da manutenção da frota mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente segura, sendo essencial para garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio AMVAP SAÚDE. A solução proposta está alinhada às necessidades atuais e futuras da instituição, especialmente considerando a projeção de aumento dos custos de manutenção em função da plena utilização da frota no exercício de 2026.

Uberlândia, 30 de Abril de 2026



Eduarda Liandra Dias Cardoso da Silva

Equipe de Apoio

ANEXO 02
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, abrangendo o fornecimento de peças, mão de obra e serviços correlatos, bem como o acompanhamento das manutenções em garantia, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, visando assegurar a operacionalidade, segurança, conservação e eficiência da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, sendo a remuneração da contratada decorrente do percentual de desconto ofertado, aplicado sobre os valores de peças, serviços e demais itens executados no âmbito do contrato.

1.1.1. A prestação dos serviços deverá garantir eficiência operacional, redução de custos e segurança na execução, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.

1.1.2. A contratação visa a gestão e o controle da manutenção da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, abrangendo o gerenciamento das manutenções preventivas e corretivas, bem como das intervenções em veículos em período de garantia, incluindo o fornecimento de peças, mão de obra e serviços correlatos.

1.1.3. O modelo adotado deverá assegurar maior transparência, controle financeiro e eficiência operacional, por meio de sistema informatizado e rede credenciada de prestadores de serviços, com cobertura compatível com a área de atuação do consórcio, além da disponibilização de relatórios gerenciais e instrumentos que permitam o acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução contratual.

1.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR ESTIMADO ANUAL	PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO
1	Manutenção da Frota – Peças e Manutenção	Serviços	R\$ 1.286.714,56	SIGILOSO

1.2.1. A média estimada da licitação será de R\$ 1.286.714,56 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos).

1.2.2. Será considerado o maior percentual de desconto por item, ofertado na proposta de preços. Será desclassificada a proposta com desconto inferior a 0% (zero por cento).

1.2.3. No percentual de desconto ofertado estarão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2.4. Os percentuais de desconto contratados deverão constar no orçamento antes da aprovação pelo gestor responsável, e sempre que não forem alcançados tais descontos por não concessão por parte do credenciado, ou outro fator, esse será glosado definitivamente no faturamento da contratada, independentemente de o orçamento ter sido aprovado, pelo gestor, sem os descontos devidos.

1.3. RELAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO MÍNIMA	PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO MÁXIMA	TIPO DE PARTIC.	DIFERENÇA ENTRE LANCES
1	Manutenção da Frota – Peças e Manutenção	No mínimo 3 (três) estabelecimentos por localidade	1	Serviço	R\$ 128.671,45	R\$1.286.714,56	AMPLA	0,10% (um décimo por cento)

1.4. RELAÇÃO DA FROTA:

MICRO – ÔNIBUS			
Marca/Modelo/ Ano/Modelo	Placa	Chassi	Combustível
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0J03	93PB43A10RC09948 1	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0H45	93PB43A10RC09949 5	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0H47	93PB43A10RC09947 8	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0H52	93PB43A10RC09948 3	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0I83	93PB43A10RC09949 2	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0I86	93PB43A10RC09948 8	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0I88	93PB43A10RC09949 1	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0J05	93PB43A10RC09948 9	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYO-0H51	93PB43A10RC09947 9	Diesel S10
Marcopolo/Volare ATTACK V8L ON 2023/20224	SYQ-9A40	93PB43A10RC09949 6	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C57	9BM979285TB43953 3	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C34	9BM979285TB43930 8	Diesel S10

Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C27	9BM979285TB44188 4	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C33	9BM979285TB44189 6	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C24	9BM979285TB44189 1	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C51	9BM979285TB44186 6	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C38	9BM979285TB43958 5	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C42	9BM979285TB44030 2	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C45	9BM979285TB44029 3	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C37	9BM979285TB43954 1	Diesel S10
Mercedes Benz/ Itaubus Nascere 2 2025/2026	TYC-3C52	9BM979285TB44025 8	Diesel S10
Mercedes Benz/ Masc Granmini O 2010/2010	HNH-0960	9BM688277AB71024 6	Diesel S10
Mercedes Benz/ Masc Granmini O 2018/2019	QUZ-2696	9BM979277KB09055 3	Diesel S10
Mercedes Benz/ Masc Granmini O 2018/2019	QUZ-2709	9BM979277KB09539 8	Diesel S10
VANS – FURGÃO			
Marca/Modelo/ Ano/Modelo	Placa	Chassi	Combustível
FIAT DUCATO MXCARGO13M 2024/2024 - (Garantia)	TDA-3H34	ZFA250000R2Z61175	Diesel S10
FIAT DUCATO MXCARGO13M 2024/2024 - (Garantia)	TDA-4I82	ZFA250000R2Z60915	Diesel S10
FIAT DUCATO MXCARGO13M 2024/2024 - (Garantia)	TDA-5G20	ZFA250000R2Z60419	Diesel S10
FIAT DUCATO MXCARGO13M 2024/2024 - (Garantia)	TDA-5G37	ZFA250000R2Z61027	Diesel S10
FIAT DUCATO MXCARGO13M 2024/2024 - (Garantia)	TDN - 3E47	ZFA250000R2Z58973	Diesel S10
CARRO DE PASSEIO			
Marca/Modelo/ Ano/Modelo	Placa	Chassi	Combustível
FIAT CRONOS DRIVE 1.0 2023/2024 (Garantia)	SYD-8F56	8AP359ATFRU34998 4	Etanol/ Gasolina
VANS			
Marca/Modelo/ Ano/Modelo	Placa	Chassi	Combustível
I/ M. Benz 517 Sprinter A4 2024/2025	TET-4C79	8AC907857SE259251	Diesel S10
I/ M. Benz 517 Sprinter A4 2024/2025	TET-4C81	84C907857SE257600	Diesel S10
I/ M. Benz 517 Sprinter A4 2024/2025	TEU-1B01	8AC907857SE259252	Diesel S10

I/ M. Benz CDI SPR TCA MIC 2025/2026	TEU-9B84	8AC907855TE262705	Diesel S10
--------------------------------------	----------	-------------------	------------

1.4.1. A composição da frota poderá ser alterada ao longo da contratação, em face de novas aquisições e/ou desfazimentos, ampliando a capacidade de atendimento e garantindo maior eficiência no transporte de pacientes.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Conforme disposições estabelecidas no item 2 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Conforme disposições estabelecidas no item 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Conforme disposições estabelecidas no item 8 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo.

5. DA EXECUÇÃO INTEGRADA DO OBJETO:

5.1. O objeto do presente contrato será executado de forma integrada, não sendo admitido o seu parcelamento, em razão da necessidade de gestão centralizada da frota e da interdependência entre os serviços contratados.

5.2. A execução por uma única contratada tem por finalidade garantir a eficiência operacional, a padronização dos serviços, o controle unificado das informações, bem como a rastreabilidade e o adequado acompanhamento das manutenções realizadas.

5.3. A eventual divisão do objeto comprometeria a integração dos serviços, podendo gerar sobreposição de responsabilidades, dificuldades na gestão contratual, inconsistência de informações e aumento de custos administrativos.

5.4. A adoção do modelo integrado visa assegurar maior controle, economicidade e eficiência na execução dos serviços, atendendo plenamente às necessidades da contratante.

6. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

6.1. Será utilizado a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO do tipo **MAIOR DESCONTO SOBRE TABELA**.

6.2. Para a presente licitação, opta-se pelo orçamento estimado sigiloso, conforme o disposto no art 24 da Lei 14.133/2021, a fim de propiciar melhor negociação e obtenção de valores mais vantajosos a essa Administração.

6.2.1. Com o intuito de preservar a competitividade no processo de contratação, os valores estimados para os serviços gerenciamento de manutenção da frota serão mantidos sob sigilo. Essa medida visa assegurar que os licitantes apresentem propostas baseadas em seus próprios custos e expectativas de mercado, evitando a manipulação de preços que poderia ocorrer caso os valores fossem divulgados

previamente. Tal prática contribui para a obtenção de propostas mais justas e competitivas, promovendo o interesse público e a eficiência na aplicação dos recursos.

7. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

7.1. Conforme disposições estabelecidas no item 3 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo.

8. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

8.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) encontra-se anexado ao presente Processo para referência e análise.

9. SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão, salvo se houver expressa autorização da CONTRATANTE e observadas as demais disposições previstas no Edital e no Termo de Referência.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO:

10.1. A execução do objeto compreende a gestão integrada da manutenção preventiva e corretiva da frota do AMVAP Saúde, incluindo os serviços de manutenção em veículos em período de garantia e serviços de lavagem, por meio de sistema informatizado, garantindo o controle, a rastreabilidade das operações, a eficiência operacional e a economicidade na aplicação dos recursos.

10.1.1. A contratação será efetuada conforme a necessidade e demanda do consórcio.

10.1.2. A execução será baseada no uso de sistemas informatizados, que contemple todas as funcionalidades e especificações descritas a seguir:

10.2. DA GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA FROTA DO AMVAP SAÚDE:

10.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

10.2.1.1. A manutenção preventiva é realizada com base em um planejamento que antecede o surgimento de problemas na frota, respeitando os intervalos previstos pelos fabricantes. Seu objetivo é identificar precocemente falhas nos veículos e equipamentos, permitindo reparações ou substituições no momento correto. Isso possibilita a mitigação de riscos, aumento da vida útil dos componentes e redução de custos com reparos emergenciais.

10.2.1.2. Serviços incluídos na manutenção preventiva:

10.2.1.2.1. Pneus e Rodagem:

10.2.1.2.1.1. Substituição de pneus: a troca de pneus será realizada conforme os normativos do CONTRAN, utilizando apenas pneus novos certificados pelo INMETRO. Pneus reformados, recauchutados ou remoldados são vedados.

10.2.1.2.1.2. Recapagem e vulcanização de pneus: Poderá ser realizada a frio ou a quente, desde que a carcaça do pneu esteja em boas condições e siga as normas da ABNT/NBR.

10.2.1.2.1.3. Calibragem de pneus: Consiste na verificação e ajuste da pressão conforme especificações do fabricante, garantindo segurança, conforto e economia de combustível.

10.2.1.2.1.4. Balanceamento, alinhamento e cambagem: Procedimentos essenciais para garantir a estabilidade do veículo, reduzir desgaste irregular dos pneus e aumentar a eficiência na condução.

10.2.1.2.2. Lubrificação e Fluidos:

10.2.1.2.2.1. Troca de óleo e filtros (motor, câmbio, diferencial, fluido de freio e arrefecimento): Substituição periódica para manter o desempenho e prevenir falhas mecânicas.

10.2.1.2.2.2. Verificação e reposição de fluidos essenciais: Inclui a análise e complementação de níveis de fluidos da direção hidráulica, freios, arrefecimento, entre outros.

10.2.1.2.2.3. Lubrificação de componentes móveis: Aplicação de graxa em articulações da suspensão, cruzetas do cardã, pinos de direção, buchas e demais pontos de atrito para evitar desgaste prematuro.

10.2.1.2.3. Freios, Suspensão e Direção:

10.2.1.2.3.1. Inspeção e substituição do sistema de freios: Inclui pastilhas, discos, lonas e fluido de freio, garantindo o pleno funcionamento e segurança do veículo.

10.2.1.2.3.2. Avaliação de suspensão e direção: Verificação de buchas, amortecedores, molas e braços para identificar desgastes ou falhas antes que comprometam a estabilidade do veículo.

10.2.1.2.4. Sistemas Eletrônicos e Segurança:

10.2.1.2.4.1. Teste e substituição de bateria: Avaliação da carga e desempenho da bateria. Se necessário, a substituição será realizada conforme as especificações do fabricante.

10.2.1.2.4.2. Inspeção de vidros, faróis e lanternas: Verificação e substituição de componentes para garantir integridade e visibilidade adequada.

10.2.1.2.4.3. Verificação do sistema de ar-condicionado: Inclui troca de filtros de cabine, higienização e inspeção do funcionamento do compressor e demais componentes.

10.2.1.2.4.4. Aplicação de películas automotivas: As películas devem seguir as normas do CONTRAN, garantindo conforto térmico e segurança sem comprometer a visibilidade.

10.2.1.2.4.5. Revisão de itens obrigatórios: Inspeção de extintores, palhetas do limpador de para-brisa, cintos de segurança e outros itens exigidos por lei.

10.2.1.2.5. Estética:

10.2.1.2.5.1. Plotagem dos veículos: Aplicação de adesivos para identificação visual, faixas refletivas e personalização da frota, garantindo conformidade com normas de padronização e segurança.

10.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

10.2.2.1. A manutenção corretiva será realizada para corrigir falhas e defeitos que comprometam o funcionamento seguro e eficiente dos veículos. Esse tipo de manutenção ocorre sempre que há um problema que exige reparo imediato para evitar riscos operacionais.

10.2.2.2. Serviços incluídos na manutenção corretiva:

10.2.2.2.1. Mecânica e Componentes Principais:

10.2.2.2.1.1. Mecânica geral: Envolve serviços em motor, retífica, caixa de câmbio, sistema de embreagem, injeção eletrônica, velas, bomba de combustível, bicos injetores e demais sistemas mecânicos essenciais.

10.2.2.2.1.2. Reparo e retífica de motor e cabeçote: Inclui desmontagem, usinagem de componentes como válvulas e pistões para restaurar o desempenho original.

10.2.2.2.1.3. Substituição de embreagem e transmissão: Envolve troca de discos de embreagem, platô, atuador e rolamento, além da manutenção de transmissões manuais e automáticas.

10.2.2.2.2. Suspensão, Freios e Direção:

10.2.2.2.2.1. Correção de falhas no sistema de direção e suspensão: Inspeção e substituição de buchas, terminais, barras de direção e amortecedores.

10.2.2.2.2.2. Substituição de lonas e pastilhas de freio, além de mangueiras: Garante eficiência na frenagem e segurança do veículo.

10.2.2.2.3. Sistemas Hidráulicos, Elétricos e Eletrônicos:

10.2.2.2.3.1. Sistema hidráulico: Manutenção e substituição de componentes de freios, direção hidráulica e outras partes hidráulicas do veículo.

10.2.2.2.3.2. Sistema elétrico: Reparos e substituições de faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros componentes elétricos.

10.2.2.2.3.3. Substituição de componentes eletrônicos: Inclui sensores, módulos de injeção eletrônica e chicotes elétricos defeituosos.

10.2.2.2.4. Sensores e Sistemas Eletrônicos:

10.2.2.2.4.1. Verificação e substituição de sensores eletrônicos: consiste na inspeção, diagnóstico e substituição de sensores que apresentam falhas, comprometendo o desempenho do veículo. Os principais sensores afetados incluem Sensores do motor, Sensores de freios (ABS e EBD), Sensores de

emissões e catalisador, Sensores de portas e acessibilidade, Sensores de painel e monitoramento. Falhas nesses sensores podem causar mau funcionamento do veículo, consumo excessivo de combustível e perda de desempenho.

10.2.2.2.5. Quebra de Molas e Sistema de Suspensão:

10.2.2.2.5.1. Substituição de molas da suspensão: Devido às frequentes quebras de molas nesses veículos, a manutenção corretiva inclui a troca de molas danificadas, garantindo a integridade estrutural da suspensão, evitando impactos na dirigibilidade e preservando outros componentes, como amortecedores e balanças.

10.2.2.2.6. Estrutura e Acabamento:

10.2.2.2.6.1. Lanternagem: Envolve troca e conserto de lataria, assoalhos, para-choques e carrocerias em alumínio (tipo baú), incluindo soldagem geral.

10.2.2.2.6.2. Pintura/Estufa: Serviços de pintura automotiva interna ou externa, incluindo polimento e aplicação de faixas de identificação.

10.2.2.2.6.3. Capotaria: Substituição ou conserto de estofados, tapeçaria, borrachas das portas, cintos de segurança e mecanismos de bancos.

10.2.2.2.6.4. Funilaria e pintura para reparo estrutural: Inclui desamassar, pintar e polir para corrigir danos causados por acidentes ou desgaste.

10.2.2.2.7. Pneus e Rodagem:

10.2.2.2.7.1. Borracharia completa: Remendos em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus por novos, câmaras de ar, rodízio de pneus, desempenho de roda e outros serviços afins.

10.2.2.2.7.2. Troca de vidros, retrovisores e borrachas de vedação: Substituição de itens que comprometem a segurança e vedação do veículo.

10.2.2.2.8. Ar - Condicionado e Injeção Eletrônica:

10.2.2.2.8.1. Reparo e substituição de componentes do ar-condicionado: Inclui troca de compressores, condensadores, evaporadores e filtros, além da reposição do gás refrigerante.

10.2.2.2.8.2. Limpeza e regulagem do sistema de injeção: Remoção de impurezas do motor e bicos injetores, ajuste das bombas para melhorar o desempenho do motor.

10.2.2.2.9. Chassi e Estrutura:

10.2.2.2.9.1. Ajuste e substituição de itens estruturais do chassi e carroceria: Inclui reparos em longarinas, travessas, suportes e outros elementos estruturais do veículo.

10.2.2.2.10. Serviço de Chaveiro:

10.2.2.2.10.1. Abrange a confecção, reparo e substituição de chaves, fechaduras e dispositivos eletrônicos de travamento. As principais atividades: Confecção e cópia de chaves mecânicas e codificadas, Desbloqueio de portas e compartimentos de carga, Reparo e substituição de fechaduras e cilindros, Reconfiguração e programação de chaves codificadas e transponders, Manutenção e ajuste do sistema de travamento elétrico e mecânico.

10.2.2.2.11. Identificação:

10.2.2.2.11.1. Consiste nos serviços de confecção de placas de identificação de todos os tipos de veículos descritos neste Termo de Referência, bem como de tarjetas de identificação, em conformidade com a legislação, e todos os outros serviços/materiais afins.

10.2.3. DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DAS MANUTENÇÕES:

10.2.3.1. A execução dos serviços de manutenção deverá seguir as seguintes diretrizes:

10.2.3.1.1. Utilização exclusiva de peças genuínas ou originais. Peças reconcondicionadas somente poderão ser utilizadas mediante autorização formal do Gestor da Frota.

10.2.3.1.2. Orçamento eletrônico detalhado, contendo:

I- Descrição dos serviços a serem executados;

II - Justificativa técnica da necessidade da manutenção;

III - Imagens que comprovem o defeito ou a necessidade da troca de componentes.

10.2.3.1.3. Autorização formal para execução dos serviços, garantindo controle eficiente dos recursos e evitando custos desnecessários.

10.2.3.1.4. Substituição imediata e sem custos adicionais de peças ou serviços defeituosos ou que não estejam em conformidade com as especificações contratuais.

10.2.3.1.5. Registro e rastreamento de todas as manutenções no sistema informatizado, garantindo um histórico completo para auditoria e controle.

10.2.3.2. Garantias e Prazos:

10.2.3.2.1. Garantia mínima de 90 dias para serviços de manutenção corretiva.

10.2.3.2.2. Garantia de 3 meses para peças, ou conforme o prazo estabelecido pelo fabricante, caso seja superior.

10.2.3.2.3. Peças e serviços com defeito deverão ser substituídos sem custos adicionais.

10.2.3.3. Veículos no Período de Garantia:

10.2.3.3.1. A contratada deverá garantir que as revisões e manutenções dos veículos dentro do período de garantia sejam realizadas exclusivamente nas concessionárias autorizadas pelos fabricantes, seguindo os prazos e diretrizes estabelecidos nos manuais técnicos.

10.2.3.4. Funcionalidades do Sistema Informatizado:

10.2.3.4.1. O sistema informatizado de gestão de manutenção deverá disponibilizar:

- I - Acesso web, com diferentes perfis de usuários (administrador, gestor).
- II - Emissão de relatórios gerenciais, incluindo:
 - II.1 - Relação de veículos, condutores e oficinas credenciadas;
 - II.2 - Análise de custos e eficiência operacional.
- III - Monitoramento de manutenções pendentes e controle de garantias de peças;
- IV - Comparação entre veículos, centros de custo e órgãos participantes;
- V - Exportação de relatórios em formatos compatíveis (.xls, .csv, .pdf);
- VI - Registro do histórico de manutenções, permitindo rastreabilidade das peças e controle da vida útil dos pneus e componentes;
- VII - Alçadas de aprovação parametrizáveis para uma gestão eficiente dos orçamentos e controle de despesas;
- VIII - Controle de pneus (marca, modelo, tipo, aro e quilometragem percorrida até a troca);
- IX - Registro de trocas de óleo, filtros e outros componentes de desgaste contínuo;
- X - Criação de orçamentos;
- XI - Histórico de troca de peças e serviços efetuados;
- XII - Controle de garantia de peças com a garantia em quilometragem e data;
- XIII - Mecanismo de avaliação e aprovação dos orçamentos de peças, acessórios e serviços;
- XIV - Não limitar a consulta dos relatórios em tempo;
- XV - Controle das Manutenções Preventivas e/ou Corretivas.

10.2.3.5. Garantia de Execução e Qualidade:

10.2.3.5.1. Garantir que toda peça nova e original cobrada seja devidamente instalada nos veículos da frota, devendo a rede credenciada devolver todas as peças originais para conferência da CONTRATANTE.

10.2.3.5.2. Assumir responsabilidade integral por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, seja por dolo, culpa ou negligência da CONTRATADA ou de seus prepostos.

10.2.3.5.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação aplicável no processo licitatório.

10.2.3.5.4. Garantir que nenhuma manutenção seja realizada em veículos não cadastrados na frota da CONTRATANTE.

10.2.3.5.5. No caso de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a CONTRATADA deverá providenciar imediata regularização, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

10.2.3.6. Fornecimento de Peças e Materiais:

10.2.3.6.1. A contratada deverá garantir o fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais automotivos necessários ao funcionamento adequado da frota, observando os seguintes critérios:

- I - Garantir que todos os estabelecimentos credenciados forneçam apenas peças, acessórios e componentes originais ou genuínos, conforme padrões estabelecidos pelos fabricantes dos veículos;

- II - Utilizar exclusivamente materiais de alta qualidade na execução dos serviços, vedando o uso de peças reconcondicionadas sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- III - Fornecer lista específica de fornecedores credenciados, garantindo que todas as peças utilizadas possuam garantia de procedência e qualidade;
- IV - As pesquisas de preços de peças, mão de obra e tempo de execução de serviços são responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser listados item por item em cada orçamento. Não poderá haver ônus adicional por essa contraprestação, assim como não poderão ser cobrados custos extras para acesso a sistemas técnicos como SINP/Audatex/Molicar, Cilia, Orion ou outro equivalente;
- V - A contratada deverá apresentar os orçamentos e pesquisas ao gestor responsável pelo veículo a ser reparado. Nos orçamentos apresentados, deverão constar: Data de emissão; Marca, modelo e ano do veículo; Placa do veículo; Hodômetro no momento do orçamento; Campo de observações, permitindo a inclusão de informações relevantes para o gestor do contrato;
- VI - O gestor responsável deverá verificar a conformidade dos valores apresentados, utilizando os sistemas fornecidos pela contratada, quando aplicável, e a tabela de preços do fabricante.

10.2.3.7. Critérios para Pesquisa e Comparação de Preços:

10.2.3.7.1. Caberá à contratada, em até 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato, fornecer aos fiscais do contrato as tabelas de tempo padrão dos fabricantes de cada marca, em meio impresso e/ou eletrônico, caso não forneça sistema on-line de pesquisa de tabela temporária. O fornecimento dessa tabela é obrigatório e inegociável, sendo um requisito essencial para a comparação de preços e validação dos custos apresentados.

10.2.3.7.2. As tabelas referenciais de preços e tempo de execução dos serviços, quando disponibilizadas pela CONTRATADA, serão utilizadas como parâmetro preferencial para o cálculo e validação dos valores apresentados, não afastando a necessidade de verificação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

10.2.3.7.2.1 Na ausência de tabelas referenciais ou quando não houver correspondência para o item ou serviço, os valores deverão ser comprovados por meio de pesquisa de mercado, nos termos deste Termo de Referência, não podendo exceder os preços praticados no mercado ou os valores usualmente praticados pelo fabricante, quando aplicável.

10.2.3.7.3. Sempre que algum valor de peça ou mão de obra não constar nas tabelas on-line fornecidas, a contratada deverá comprovar a pesquisa de preços no mercado local ou regional, registrando os seguintes dados: Tabela de preços do fabricante; Sítios eletrônicos disponíveis para consulta; Consulta direta em lojas de venda de peças; Pesquisa via telefone, e-mail, ofício ou visita presencial, devendo constar no orçamento apresentado as informações coletadas.

10.2.3.7.4. Sempre que algum valor de peça ou mão de obra não constar nas tabelas referenciais disponíveis, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) orçamentos comparativos obtidos no mercado local ou regional, podendo ser utilizados, para tanto: sítios eletrônicos disponíveis para consulta, consulta direta em lojas de venda de peças, pesquisa via telefone, e-mail, na própria plataforma de gerencialmente, ofício ou visita presencial.

10.2.3.7.4.1 Os orçamentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da solicitação da CONTRATANTE.

10.2.3.7.4.2 Os orçamentos deverão conter, obrigatoriamente, a identificação dos fornecedores, CNPJ, descrição detalhada do item ou serviço, valores e data da cotação, devendo ser independentes entre si.

10.2.3.7.4.3 A apresentação dos orçamentos não vincula a decisão da CONTRATANTE, que poderá:

I – realizar pesquisa complementar de preços;

II – solicitar orçamentos adicionais, inclusive fora da rede credenciada;

III – desconsiderar orçamentos que apresentem indícios de incompatibilidade com os preços praticados no mercado;

IV – autorizar a execução fora da rede credenciada, quando verificada vantagem econômica.

10.2.3.7.4.4 A CONTRATADA será responsável por quaisquer divergências entre os valores apresentados e os efetivamente praticados no mercado.

10.2.3.7.5. A pesquisa de preços deverá referir-se exatamente à marca e modelo do veículo, considerando valores locais ou regionais. Apenas serão aceitos preços obtidos no município ou estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento.

10.2.3.7.6. Para peças exclusivas, onde não haja parâmetros para comparação devido à existência de um único fornecedor, a contratada deverá registrar essa informação e apresentá-la por meio de notas fiscais ou documentos que comprovem fornecimentos anteriores.

10.2.3.7.7. Para fins de controle e validação dos preços apresentados:

I – Nenhum serviço poderá ser executado sem prévia autorização da CONTRATANTE;

II – A CONTRATANTE poderá solicitar orçamentos fora da rede credenciada da CONTRATADA, para fins de validação dos preços apresentados;

III – A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal emitida pelo prestador do serviço (oficina executora), com discriminação dos valores de peças e mão de obra;

IV – A CONTRATANTE poderá recusar orçamentos considerados incompatíveis com os preços praticados no mercado;

V – Poderá ser autorizada a execução de serviços fora da rede credenciada, quando verificada vantagem econômica;

VI – A CONTRATADA será responsável por quaisquer divergências entre os valores informados e os efetivamente praticados;

10.2.3.8 Da Disponibilização de Tabelas e Sistemas

10.2.3.8.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema informatizado ou base(s) de dados para consulta de tabelas referenciais de preços e/ou tempos de execução de serviços, tais como SINP, Audatex, Molicar, Cilia, Orion ou outra solução equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato.

10.2.3.8.2. A(s) base(s) de dados disponibilizadas deverão contemplar, as marcas e modelos da frota do CONTRATANTE, incluindo veículos Mercedes-Benz (chassis LO 916, Granmicro, Granmin), veículos encarroçados (Marcopolo/Volare, Mascarello, Italbus), Fiat Cronos Drive 1.0 e Fiat Ducato MaxiCargo 2.2.

10.2.3.8.3. Na hipótese de inclusão de novos veículos à frota durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá envidar esforços para disponibilizar a cobertura das respectivas marcas e modelos nas bases utilizadas.

10.2.3.8.4. A disponibilização das tabelas não afasta a obrigatoriedade de validação dos preços com base nos parâmetros de mercado previstos neste Termo de Referência.

10.2.3.9. Validade dos Orçamentos e Atualização de Preços:

10.2.3.9.1. Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da contratada terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, período durante o qual os preços das peças e serviços não poderão sofrer alteração, independentemente de flutuações do mercado e da data de autorização da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

10.2.3.9.2. Caso haja alteração nos preços praticados pelas montadoras, a contratada será responsável por atualizar as tabelas nos sistemas contratados ou fornecer à CONTRATANTE as novas tabelas de preços atualizadas.

10.2.3.9.3. A contratada deverá obrigatoriamente fornecer as tabelas de tempo padrão dos fabricantes de cada marca ou garantir acesso a um sistema on-line de tabela temporária. Essa exigência é imprescindível para assegurar a transparência e controle na precificação dos serviços, permitindo uma análise detalhada dos custos e evitando sobrepreços indevidos.

10.2.3.10. Especificações e Procedência das Peças:

10.2.3.10.1. Os itens fornecidos deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo;
- II - Originais e/ou genuínos do fabricante fornecedor da montadora, atendendo aos padrões e níveis de qualidade exigidos, recomendados ou indicados pelo fabricante e constantes de seu catálogo;
- III - Peças de outros fabricantes, desde que o produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidades recomendadas pelo fabricante ou montadora do veículo, podendo ser solicitadas ou autorizadas formalmente pela Administração;
- IV - Peças e materiais de uso automotivo, independentemente de recomendação do fabricante, desde que certificados para o modelo do veículo a ser reparado.

10.2.3.11. Relatórios e Transparência:

10.2.3.11.1. Relatar à CONTRATANTE qualquer irregularidade observada nos serviços prestados e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.2.3.11.2. Fornece acesso ao sistema contínuo informatizado, permitindo a consulta aos registros de manutenções realizadas.

10.2.3.11.3. Disponibilizar uma cópia do manual de utilização do sistema, em língua portuguesa, para o

CONTRATANTE.

10.2.3.12. Segurança e Controle:

10.2.3.12.1. Adotar um sistema de segurança integrado, de forma que impeça a realização de serviços em veículos não autorizados.

10.2.3.12.2. Fornece senhas individuais para os servidores indicados pelo CONTRATANTE, garantindo o controle de acesso ao sistema.

10.2.3.12.3. Implementar mecanismos de auditoria e rastreamento de transações para garantir transparência e evitar fraudes.

10.2.3.13. Funcionamento e Suporte Técnico:

10.2.3.13.1. Manter o sistema em pleno funcionamento para evitar interrupção dos serviços.

10.2.3.13.2. Disponibilizar suporte técnico remoto e presencial sempre que necessário.

10.2.3.13.3. Disponibilizar assistência técnica permanente para o sistema, garantindo a rápida resolução de eventuais falhas.

10.2.3.13.4. Treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE para utilizar todos os recursos do sistema, assumindo os custos decorrentes.

10.2.3.14. Monitoramento e Atendimento:

10.2.3.14.1. Fornece ao CONTRATANTE, anualmente e ao término do contrato, todos os dados compilados em meio eletrônico.

10.2.3.14.2. Manter lista eletrônica atualizada de estabelecimentos credenciados, com indicação das inclusões e exclusões.

10.2.3.14.3. Designar um preposto para prestar, de forma ininterrupta, todos os esclarecimentos necessários e atender às reclamações e obrigações que surgirem durante a execução do contrato.

10.2.3.15. Responsabilidades Financeiras:

10.2.3.15.1 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à prestação dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, impostos, custos administrativos, taxas e quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE.

10.2.3.15.2. Pagar pontualmente à rede credenciada pelos serviços realizados e pelas peças fornecidas, garantindo que não haja atrasos no atendimento.

10.2.3.14.3. Assumir integralmente os custos de implantação do sistema, incluindo equipamentos de leitura, transmissão de dados, emissão de cartões e treinamento de usuários.

10.2.3.16. Expansão e Melhorias:

10.2.3.16.1. Ampliar e facilitar o acesso à rede credenciada conforme solicitado pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.2.3.16.2. Disponibilizar permanentemente, por meio de plataforma digital, todas as informações operacionais e financeiras da frota.

10.2.3.16.3. Manter consultoria online para apoio à gestão e otimização dos processos de manutenção da frota.

10.2.3.16.4. Propor melhorias contínuas nos processos e na infraestrutura de suporte para garantir a eficiência e a economicidade da gestão da frota.

10.2.3.17. Serviços Adicionais e Não Informados:

10.2.3.17.1. Além dos serviços descritos, a contratada deverá atender quaisquer outras demandas de manutenção não previstas inicialmente, desde que devidamente justificadas e autorizadas pelo Gestor da Frota.

10.2.3.17.2 Adicionalmente, a contratada deverá realizar outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos necessários, ou por orientação da CONTRATANTE, desde que a natureza do serviço esteja contemplada no objeto da contratação.

10.2.3.18. Implantação dos sistemas:

10.2.3.18.1. A implantação completa dos sistemas deverá se dar em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato, incluindo o credenciamento inicial de oficinas e concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia, bem como treinamentos e integração ao sistema de gestão da manutenção.

10.2.3.19.2. A implantação dos sistemas consistirá em:

- I - Planejamento da implantação e validação pela CONTRATANTE;
- II - Cadastramento e registro dos veículos da frota do contratante;
- III - Cadastramento de todos os usuários e Gestores do Sistema, com seus respectivos níveis de acesso;
- IV - Cadastramento de todos os motoristas e condutores dos veículos da CONTRATANTE;
- V - Credenciamento de novas oficinas, autopeças e concessionárias;
- VI - Descredenciamento de oficinas, autopeças e concessionárias mediante solicitação da Contratante;
- VII - Identificação visual e divulgação da rede credenciada;
- VIII - Treinamento de Usuários, Gestores, Motoristas e condutores;
- IX - Treinamento da rede credenciada.

10.2.3.20. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental:

10.2.3.20.1.1 A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, incluindo:

- I - Descarte ambientalmente correto de resíduos, peças substituídas, óleos lubrificantes, baterias e pneus, em conformidade com as normas ambientais vigentes;
- II - Reaproveitamento de materiais recicláveis, sempre que possível;
- III - Redução do impacto ambiental das operações, promovendo o uso eficiente de recursos naturais;
- IV - Documentação comprobatória do descarte correto de materiais perigosos e contaminantes.

10.2.4. MANUTENÇÃO EM GARANTIA:

10.2.4.1. A manutenção de veículos que se encontrem em período de garantia deverá seguir rigorosamente as condições estabelecidas pelos fabricantes, de forma a não comprometer a cobertura contratual.

10.2.4.2. As revisões obrigatórias deverão ser realizadas exclusivamente em concessionárias autorizadas, conforme rede oficial do fabricante.

10.2.4.3 A contratada deverá:

- I – Controlar os prazos de revisão por quilometragem e/ou período;
- II – Garantir o cumprimento do plano de manutenção do fabricante;
- III – Registrar todas as revisões no sistema informatizado;
- IV – Assegurar que os serviços realizados mantenham a validade da garantia;

10.2.4.4. Os serviços realizados em garantia deverão ser acompanhados de:

- I - Ordem de serviço da concessionária;
- II - Relatório dos serviços executados;
- III - Registro de quilometragem.

10.2.4.5. É vedada a realização de serviços fora da rede autorizada quando houver risco de perda da garantia, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

10.2.5 SERVIÇOS DE LAVAGEM DOS VEÍCULOS:

10.2.5.1. Os serviços de lavagem deverão ser executados por meio da rede credenciada, conforme demanda da CONTRATANTE.

10.2.5.2. A lavagem dos veículos deverá contemplar, no mínimo:

- I – Lavagem externa completa;
- II – Limpeza interna básica;
- III – Secagem adequada;
- IV – Higienização de áreas de maior contato, quando necessário;

10.2.5.3. A execução dos serviços deverá observar:

- I - Frequência definida pela CONTRATANTE;
- II - Registro no sistema informatizado;
- III - Identificação do veículo atendido;
- IV - Controle de custos por unidade e por veículo;

10.2.5.4. A contratada deverá garantir que os serviços sejam realizados com qualidade adequada, evitando danos à pintura, componentes elétricos e demais partes do veículo.

10.2.5.5. Todos os serviços de lavagem deverão ser registrados no sistema, contendo:

- I - Data da execução;
- II - Local do serviço;
- III - Tipo de lavagem realizada;
- IV - Valor cobrado.

10.3. GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES

10.3.1 Com relação às informações armazenadas nos sistemas da contratada e seu tratamento, a empresa vencedora deve:

I - Disponibilizar, permanentemente para os contratantes, por meio de mídia eletrônica, os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do Contrato, inclusive após o seu término;

II - Disponibilizar capacidade de armazenamento suficiente para manter todos os dados disponíveis para consulta online;

III - Disponibilizar, através do sistema, a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (.xls, .xlsx, .txt, .csv, .pdf ou outras similares);

IV - Disponibilizar, sem ônus para os contratantes, as atualizações das funcionalidades dos sistemas de gestão;

V - Prover os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessários à garantia do funcionamento do sistema, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e, ainda, apoiar as ações de melhorias tecnológicas e funcionais, quando solicitadas pelo AMVAP SAÚDE;

VI - Desenvolver, às suas expensas, processos de gerenciamento do serviço, compatíveis com o ambiente seguro, via WEB, online, interligando os locais de atendimento com os contratantes; disponibilizar aos contratantes pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos e em extensão e formatação a serem definidas pelos contratantes;

VII - Responsabilizar-se pela instalação e manutenção dos softwares do sistema;

VIII - Responsabilizar-se pela integração com os Sistemas de Frotas existentes e utilizados pelos contratantes;

IX - Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

X - A CONTRATADA deverá manter atualizada a listagem de estabelecimentos credenciados, informando imediatamente quaisquer inclusões ou exclusões, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE por meio do sistema informatizado e/ou comunicação formal.

XI - A CONTRATADA fica proibida de atrasar pagamentos e cobrar taxas abusivas das oficinas, devido ao

índice de fuga de oficinas credenciadas, que demonstram ao longo dos anos devido altas taxas cobradas e atrasos nos pagamentos.

10.4. DISPOSIÇÕES GERAIS:

A empresa a contratada ainda deverá atender às seguintes disposições:

a) Sistema Informatizado de Gestão de Frotas: a contratada deverá disponibilizar um sistema informatizado e integrado para a gestão completa da frota, sem ônus para o Consórcio AMVAP SAÚDE. Esse sistema deve garantir:

- Acesso via web, com compatibilidade com a infraestrutura do Consórcio;
- Registro detalhado e em tempo real de todas as operações da frota, incluindo manutenções preventivas e corretivas, intervenções em veículos em garantia;
- Armazenamento seguro das informações e emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais para acompanhamento da gestão da frota;
- Assistência técnica ágil, solucionando problemas do sistema em até 4 horas;
- Comparação e monitoramento de preços praticados pela rede credenciada de oficinas, concessionárias e prestadores de serviços, garantindo a execução dos serviços com valores compatíveis aos praticados no mercado.

b) Gestão da Manutenção Preventiva e Corretiva: a manutenção da frota será realizada por meio de oficinas credenciadas, com um modelo que permite cotação competitiva e controle rigoroso das execuções de serviço, devendo a contratada:

- Realizar orçamentos prévios e obter propostas de oficinas credenciadas, incluindo concessionárias autorizadas para veículos em garantia, no prazo máximo de 72 horas;
- Disponibilizar uma plataforma que permita ao Consórcio “abrir cotações”, possibilitando concorrência entre prestadores e garantindo o menor custo com qualidade assegurada;
- Emitir relatórios e laudos técnicos detalhados sobre os serviços realizados, contendo informações como peças utilizadas, mão de obra aplicada, tipo de serviço executado (inclusive em garantia) e tempo de execução;
- Garantir disponibilidade de prestadores de manutenção em diversas localidades, minimizando o tempo de inatividade dos veículos e evitando prejuízos operacionais;
- Gerenciar todas as etapas da manutenção preventiva, corretiva e em garantia, assegurando que sejam realizados no momento adequado e reduzindo gastos desnecessários com intervenções emergenciais.

c) Implantação e Credenciamento da Rede de Fornecedores: a empresa contratada deverá realizar a implantação completa do sistema de gestão da frota em até 10 dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato. Isso inclui:

- Credenciamento da rede de oficinas mecânicas, concessionárias autorizadas (para veículos em garantia) e prestadores de serviços que atenderão ao Consórcio;
- Parametrização do sistema conforme as necessidades do Consórcio AMVAP SAÚDE, incluindo cadastro da frota, tipos de serviços, níveis de autorização e fluxos de aprovação;
- Treinamento dos gestores e usuários do sistema, contemplando a operação, abertura de chamados, acompanhamento de serviços e emissão de relatórios;

- Disponibilização de manuais operacionais e suporte técnico inicial para utilização da plataforma;
- Garantia da continuidade do serviço durante o processo de transição, evitando qualquer paralisação nas atividades do Consórcio;
- Implantação de controle por veículo, permitindo o acompanhamento individualizado do histórico de manutenções e prestação de serviço;
- Integração e ativação dos módulos de cotação eletrônica, possibilitando concorrência entre prestadores credenciados;
- Estabelecimento de prazos e fluxos para atendimento de manutenções, inclusive emergenciais, assegurando agilidade na execução dos serviços;
- Disponibilização de canais de atendimento e suporte contínuo aos usuários, durante e após a implantação do sistema;
- Validação operacional do sistema junto ao Consórcio, garantindo pleno funcionamento antes do encerramento da fase de implantação.

d) Rede Credenciada para Manutenção: a contratada deverá manter rede credenciada ampla, adequada e suficiente para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como das intervenções em veículos em período de garantia, garantindo atendimento eficiente e compatível com as necessidades do Consórcio AMVAP SAÚDE. Considerando que a sede administrativa do consórcio está localizada no município de Uberlândia/MG, a rede credenciada deverá possuir cobertura adequada neste município, de forma a possibilitar o acompanhamento direto, a fiscalização e o controle das manutenções realizadas. Para atendimento às demandas emergenciais e ocorrências fora da sede, a contratada deverá disponibilizar rede credenciada complementar nos municípios atendidos pelo Consórcio AMVAP SAÚDE e em outras localidades necessárias à execução do contrato, garantindo suporte em deslocamentos regionais e interestaduais. A rede credenciada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Disponibilizar prestadores com cobertura adequada no município de Uberlândia/MG para atendimento regular da frota;
- Disponibilizar prestadores nos municípios atendidos pelo Consórcio AMVAP SAÚDE e em outras localidades necessárias à execução do contrato, especialmente para atendimentos emergenciais;
- Contar com oficinas aptas à execução de serviços de mecânica geral, auto elétrica e borracharia;
- Disponibilizar concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia, quando aplicável;
- Manter a rede credenciada ativa durante toda a vigência do contrato, permitindo a inclusão e substituição de prestadores conforme a necessidade do consórcio;
- Disponibilizar ao consórcio a relação atualizada dos prestadores credenciados, contendo identificação, localização e tipos de serviços ofertados;
- Assegurar que os serviços sejam executados por prestadores devidamente qualificados, vedada a subcontratação indevida;
- Garantir padrões de qualidade e preços compatíveis com os praticados no mercado.
- A comprovação da rede credenciada não será exigida na fase de habilitação, devendo sua implantação ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, assegurada a cobertura adequada nas localidades necessárias à execução dos serviços e suporte operacional em âmbito regional e/ou nacional;
- A rede credenciada deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato, permitindo a inclusão e substituição de prestadores conforme a necessidade do Consórcio AMVAP SAÚDE;

- Os prestadores deverão atender às exigências técnicas, ambientais, sanitárias e regulatórias aplicáveis, assegurando a qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados;
- A rede deverá contemplar prestadores especializados por tipo de serviço, incluindo mecânica geral, auto elétrica, borracharia e concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia;
- As credenciadas deverão possuir estrutura física e capacidade técnica compatíveis com os tipos de veículos da frota (veículos leves, vans e micro-ônibus);
- A contratada deverá assegurar que os serviços sejam executados diretamente pelos prestadores credenciados, sendo vedada a subcontratação indevida;
- Deverá ser assegurada cobertura geográfica compatível com a área de atuação do consórcio, incluindo suporte em deslocamentos regionais e interestaduais;
- As credenciadas deverão cumprir prazos adequados de atendimento, especialmente em situações emergenciais, evitando a paralisação prolongada dos veículos;
- A contratada deverá disponibilizar ao consórcio a relação atualizada dos prestadores credenciados, contendo identificação, localização e tipos de serviços ofertados;
- As empresas credenciadas deverão emitir laudos técnicos e registros dos serviços realizados, garantindo rastreabilidade, controle e suporte às atividades de fiscalização e auditoria;
- Os serviços prestados deverão observar padrões de qualidade e preços compatíveis com os praticados no mercado, assegurando a economicidade na execução contratual.
- A contratada deverá garantir a inclusão de prestadores indicados pelo Consórcio AMVAP SAÚDE em sua rede credenciada, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, desde que atendidos os critérios técnicos, legais e operacionais exigidos, não podendo recusar o credenciamento sem justificativa formal.

e) Prazos e Atendimento Técnico: para garantir a adequada operacionalidade da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, a contratada deverá cumprir os seguintes prazos:

- Implantação completa do sistema em até 10 (dez) dias úteis, incluindo o credenciamento inicial de oficinas e concessionárias autorizadas para atendimento de veículos em período de garantia, bem como treinamentos e integração ao sistema de gestão da manutenção;
- Solução de problemas técnicos do sistema em até 4 horas durante dias úteis, das 7h às 19h, com possibilidade de prorrogação mediante justificativa técnica;
- Atendimento inicial às solicitações de manutenção em até 24 horas, incluindo manutenções corretivas, serviços emergenciais e acionamento de prestadores em garantia, garantindo que os veículos não permaneçam parados por períodos prolongados;
- Execução dos serviços de manutenção em prazo compatível com a complexidade do serviço, devidamente justificado e registrado no sistema;
- Atendimento emergencial em deslocamentos, inclusive interestaduais, no menor tempo possível, conforme nível de criticidade da ocorrência.

f) Adoção de procedimento de orçamentação comparativa: considerando a necessidade de garantir maior previsibilidade e controle sobre os custos contratados, a execução dos serviços deverá ser precedida, sempre que possível, da obtenção de no mínimo 3 (três) orçamentos junto à rede credenciada, a fim de possibilitar a comparação de preços e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. O sistema a ser implantado deverá permitir a visualização e análise comparativa dos orçamentos apresentados, auxiliando na identificação de valores incompatíveis ou fora do padrão de mercado.

g) Abrangência e Cobertura Geográfica: considerando a ampliação das rotas da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE para circulação em território interestadual, conforme previsto nas diretrizes do programa Transporta SUS, faz-se necessária a disponibilização de ampla rede credenciada para atendimento às demandas de manutenção da frota. A empresa contratada deverá garantir cobertura geográfica compatível com a área de atuação do consórcio, assegurando atendimento em diferentes municípios e estados, inclusive em situações emergenciais. A rede credenciada deverá:

- Disponibilizar atendimento emergencial para manutenção corretiva dos veículos;
- Contar com prestadores habilitados para atendimento de veículos em período de garantia, conforme exigências dos fabricantes;
- Oferecer serviços de mecânica geral e auto elétrica;
- Disponibilizar serviços de borracharia, incluindo reparo e substituição de pneus;
- Garantir atendimento em prazo adequado, de forma a reduzir o tempo de indisponibilidade dos veículos.

h) Monitoramento e Controle Centralizado: para garantir transparência, eficiência e controle financeiro, a gestão da frota deverá ser realizada por meio de um sistema informatizado, possibilitando:

- Registro eletrônico de todas as manutenções preventivas e corretivas, bem como das intervenções realizadas em veículos em período de garantia, contendo informações detalhadas sobre os serviços executados e os custos envolvidos;
- Monitoramento do status das manutenções, permitindo controle eficiente das operações e da disponibilidade da frota;
- Gerenciamento das manutenções preventivas, corretivas e em garantia, assegurando o cumprimento dos prazos e contribuindo para a redução de custos e aumento da vida útil dos veículos;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos, garantindo a rastreabilidade das despesas e dos serviços realizados, possibilitando auditorias e fiscalização contratual;
- Emissão obrigatória de laudo técnico para cada serviço executado, como condição para autorização de pagamento, contendo, no mínimo: descrição detalhada dos serviços realizados, peças substituídas, justificativa técnica, identificação do responsável pela execução, bem como registro fotográfico comprobatório, incluindo imagens do veículo, dos serviços executados e do hodômetro (quilometragem) na entrada e na saída;
- Registro obrigatório da identificação do veículo, data e horário de entrada e de retirada, bem como da identificação do responsável pela entrega e retirada do veículo, garantindo a rastreabilidade e o controle das operações;
- Armazenamento e disponibilização de todas as informações em ambiente digital, permitindo consulta, acompanhamento e extração de relatórios pelo Consórcio AMVAP SAÚDE a qualquer tempo.

i) Conformidade Documental: a empresa contratada deverá manter toda a documentação necessária atualizada durante a vigência do contrato. A verificação periódica da conformidade documental será realizada para evitar irregularidades e garantir que a contratação esteja em plena conformidade com as normas legais.

j) Treinamento e Capacitação dos Usuários e da Rede Credenciada: a contratada deverá realizar, sem qualquer ônus para o Consórcio AMVAP SAÚDE ou para os prestadores da rede credenciada, os treinamentos necessários à adequada utilização do sistema de gestão da frota e ao cumprimento dos fluxos operacionais do contrato, observando obrigatoriamente as seguintes disposições:

- O treinamento inicial deverá ser realizado de forma presencial, previamente ao início da operação do sistema, abrangendo todos os usuários indicados pelo Consórcio AMVAP SAÚDE e os prestadores integrantes da rede credenciada;
- A carga horária do treinamento será definida pelo Consórcio AMVAP SAÚDE, de acordo com a complexidade das funcionalidades do sistema e a necessidade operacional dos usuários;
- A data de realização do treinamento será estabelecida pelo Consórcio AMVAP SAÚDE, mediante comunicação à contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- A contratada deverá assegurar a participação dos usuários e prestadores credenciados no treinamento, bem como garantir a adequada condução das atividades de capacitação;
- Caso haja necessidade de realização de treinamentos adicionais, em razão da inclusão de novos usuários, novos prestadores credenciados ou atualização de funcionalidades do sistema, estes poderão ser realizados de forma remota, mediante ajuste entre as partes;
- Todos os treinamentos adicionais deverão ser igualmente disponibilizados sem qualquer custo adicional para o Consórcio AMVAP SAÚDE ou para a rede credenciada;
- A contratada deverá disponibilizar materiais de apoio e suporte necessários à adequada assimilação do conteúdo ministrado;
- A contratada deverá manter registro das ações de treinamento realizadas, contendo data, carga horária, conteúdo ministrado e identificação dos participantes, para fins de controle e fiscalização contratual.

11 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

11.1. Da Contratada

11.1.1. A empresa contratada deverá garantir:

- I - capacitação de gestores e técnicos da CONTRATANTE para uso do sistema informatizado, garantindo pleno domínio das funcionalidades;
- II - Suporte técnico contínuo e disponível 24 horas por dia para resolução de problemas e contingências operacionais;
- III - Inclusão de novos estabelecimentos credenciados conforme a necessidade da frota, garantindo ampla cobertura geográfica e evitando a descontinuidade dos serviços;
- IV - Monitoramento contínuo dos serviços prestados, apresentando indicadores de desempenho e melhorando melhorias na execução do contrato;
- V - Garantia de que todos os veículos sejam devolvidos operacionais e em perfeitas condições após os serviços realizados;
- VI - Manter rede credenciada ativa, suficiente e continuamente atualizada, garantindo atendimento ininterrupto da demanda da CONTRATANTE, com alternativas de prestadores e adoção de medidas imediatas em caso de insuficiência da rede;
- VII - Caso a quantidade de estabelecimentos credenciados seja insuficiente, a CONTRATADA deverá viabilizar novos credenciamentos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, garantindo a continuidade do atendimento sem prejuízo à CONTRATANTE;
- VIII - Os estabelecimentos credenciados deverão possuir infraestrutura adequada para um atendimento eficiente e rápido, minimizando atrasos na operação;
- IX - Executar o objeto desse com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo AMVAP SAÚDE;
- X - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

- XI - Comunicar ao AMVAP SAÚDE, de imediato, os motivos que impossibilitem a prestação de serviços contratado, com a devida comprovação;
- XII - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- XIII - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação expedida pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- XIV - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao AMVAP SAÚDE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- XV - O contratado deverá entregar ao responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - b) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- XVI - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- XVII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- XVIII - Paralisar, por determinação do AMVAP SAÚDE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- XIX - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- XX - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XXI - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXII - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas estabelecidas pelo AMVAP SAÚDE;
- XXIII - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos e demais insumos demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- XXIV - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução

deste contrato;

XXV - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XXVI - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

XXVII - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XXVIII - Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações deste instrumento, acompanhados das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas.

11.2. Da Contratante:

11.2.1. Das Responsabilidades do AMVAP SAÚDE

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V - Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a prestação de serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

VI - Aplicar ao contratado as sanções previstas na legislação e neste Contrato;

VII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12. GESTÃO DO CONTRATO:

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

12.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato.

12.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

12.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, indicado no Ato Administrativo nº 08/2026.

12.10. Da Fiscalização:

12.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, que deverá executar as seguintes atividades e funções:

- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o consórcio;
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) Identificar qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.10.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.11. Gestor do Contrato:

12.11.1. O gestor do contrato, devidamente nomeado pelo Ato Administrativo nº 01/2024, será responsável pelas seguintes atividades e funções:

- a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da

finalidade do consórcio;

- b) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja em conformidade com as exigências contratuais. Além disso, deverá receber as peças substituídas e garantir que as trocas sejam devidamente registradas e conferidas;
- d) O gestor do contrato poderá solicitar a substituição do serviço executado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da empresa;
- e) A fiscalização se dará com base na execução do serviço considerando e comparando sempre as tabelas de referência, os descontos, validades dos orçamentos e o que foi autorizado;
- f) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;
- g) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- h) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do consórcio;
- i) Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

13.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.1.1. O pagamento será efetuado pelo contratante no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura que poderá ser enviada após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.1.2. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.1.3. À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.1.4. A contratada deverá estar devidamente acompanhada das respectivas comprovações Nota Fiscal/Fatura de Serviço de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais.

13.1.5. A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do instrumento de aferição da qualidade da prestação do serviço.

13.2. Do Recebimento:

13.2.1 O serviço será recebido definitivamente após emissão de termo de recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço ou do fornecimento e consequente aceitação, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- c) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;
- d) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;
- e) O fiscal do contrato realizará o recebimento frequente do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- f) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- g) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. Do Prazo e Forma de Pagamento.

13.3.1 O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de relatório consolidado dos serviços efetivamente executados no período, acompanhado das respectivas notas fiscais e demais documentos comprobatórios.

13.3.1.1. A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto executado, contendo os valores e quantitativos devidamente apurados e validados pela fiscalização do contrato.

13.3.1.2 Os percentuais de desconto contratados deverão constar nos orçamentos previamente aprovados. Caso não sejam aplicados os descontos devidos, por qualquer motivo, os valores poderão ser glosados no faturamento, mediante justificativa e apuração pela fiscalização, independentemente da aprovação prévia do orçamento.

13.3.1.3 O pagamento ficará condicionado à verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os preços praticados no mercado, nos termos deste Termo de Referência.

13.3.1.4. Não serão pagos serviços:

- I – não autorizados previamente;
- II – sem comprovação documental;
- III – com valores considerados incompatíveis com o mercado;
- IV – executados em desacordo com este Termo de Referência.

13.3.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

13.3.3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

13.3.4. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

13.3.5. A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal de pagamento de todo o serviço executado até 5º dia útil de cada mês.

13.3.6. É vedada a emissão de nota fiscal pelos subcontratados da contratada em favor da contratante, pois os referidos subcontratos prestam serviços indiretos a contratante, sendo somente a contratada pessoa vinculada juridicamente a contratante. Logo a relação jurídica se estabelece somente entre contratante e contratada.

13.3.7. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo AMVAP SAÚDE, com recursos próprios, após a execução e entrega do objeto ao AMVAP SAÚDE, mediante apresentação do documento fiscal correspondente, no prazo de até 15 (quinze) dias.

13.3.8. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.3.9. Identificada qualquer divergência na nota fiscal/fatura ou no relatório de atividades, deverá devolvê-la à empresa contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

13.3.10. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a empresa contratada dará ao CONTRATANTE plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13.4. Antecipação De Pagamento:

13.4.1. A presente contratação não admitirá a antecipação de pagamento.

14. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Da modalidade: A modalidade a ser adotada será o pregão, nos termos do art. 28, inc. I c/c art. 29, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. Do critério de seleção do contratado: O critério de julgamento será o de maior desconto sobre

tabela.

14.3. Da Extinção: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Na hipótese da cláusula anterior, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.3.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021)

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.286.714,56. (um milhão duzentos e oitenta e seis mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos).

16. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:

16.1. Homologada a licitação, a Administração convocará o licitante vencedor classificado em primeiro lugar para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 07/2024.

16.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.3. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.4. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

16.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

16.6. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, até o limite legal previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.7. Se a licitante vencedora não assinar o contrato no prazo de 3 (três) dias úteis, após regularmente convocada, ensejará a aplicação das sanções previstas no item 14 deste Edital.

16.8. O contrato administrativo a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser extinto a qualquer tempo, independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no art. 137, na forma do art. 138, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

16.9. O setor responsável do AMVAP SAÚDE, com base em relatório mensal a ser apresentado pela contratada, expedirá relatório dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

16.10. A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do contrato pelo AMVAP SAÚDE, bem como permitir o acesso a todas as informações e documentos necessários à verificação da correta execução do objeto contratado.

16.11. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

16.12. Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21 e a Resolução nº 12/2024 do AMVAP SAÚDE.

17. SANÇÕES:

17.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento.

17.3. Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas definidas nos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.

17.4. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 17.1 e seus subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao credenciado que cometer as infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio AMVAP SAÚDE, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

17.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "h", "i", "j", "k" e "l" do item 17.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 17.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

17.7. A penalidade de multa será aplicada considerando os seguintes parâmetros:

- a) Multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;
- b) multa compensatória limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no item 17.1, devendo ser utilizado os parâmetros do item 12.3 para a determinação do limite;
- c) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao credenciado que retardar o procedimento de contratação ou praticar quaisquer das situações dispostas no art. 10 da Resolução nº 07/2024;
- d) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o consórcio;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 17.4.

17.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao consórcio resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 07/2024 do AMVAP SAÚDE.

18. HABILITAÇÃO:

18.1 Conforme Anexo 03 deste Edital.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

19.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21.

19.2. Em caso de contratação o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. Poderá haver prorrogação contratual, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em conformidade com o disposto no Art. 107, da Lei 14.133/2021.

19.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

19.5. Em conformidade com o artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, durante a vigência do contrato, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da referida Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA, mediante a seguinte dotação:

✓ 10 030 10 302 6001 6002 33 90 39 00 - TRANSPORTE AMVAP SAÚDE

20.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21. CONDIÇÕES GERAIS:

21.1. O AMVAP SAÚDE reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extinguir a contratação nos termos do previsto nos arts. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

22.2. Qualquer tolerância por parte do AMVAP SAÚDE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante vencedora, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o AMVAP SAÚDE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

23.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o AMVAP SAÚDE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante contratada designadas para a execução do objeto contratado, sendo esta a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

Uberlândia/MG, 04 de Maio de 2026



Francisco Bruno Rodrigues da Silva
Equipe de Apoio

ANEXO 03**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026****EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO****HABILITAÇÃO:**

1. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser anexados **na aba correspondente, no portal da Licitanet**, para download pelo AMVAP SAÚDE:

1.1. Para a habilitação jurídica a licitante deverá apresentar:

- a) Registro comercial, se empresa individual;
- b) Ato constitutivo devidamente registrado (estatuto ou contrato social em vigor e atualizado);
- c) Ata de eleição dos administradores, se sociedade por ações;
- d) Inscrição do ato constitutivo, se sociedade civil; e
- e) Documento de prova da diretoria em exercício, se sociedade civil;

1.2. Para a regularidade fiscal a licitante deverá apresentar:

- a) Cartão do CNPJ da licitante;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual, relativa ao domicílio do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal, relativa ao domicílio do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida no sítio eletrônico <https://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>.

1.3. Atestado de capacidade técnica:**1.3.1. Para a qualificação técnica a licitante deverá apresentar:**

- a) Comprovante de aptidão para a execução do objeto desta licitação por meio de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante executou serviços de natureza semelhante aos ora licitados, devendo tal comprovação abranger, no mínimo, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação, correspondente a R\$ 643.357,28 (seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos).

1.3. Atestado de Capacidade Técnica

1.3.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta licitação.

a) Consideram-se serviços de natureza semelhante aqueles relacionados ao gerenciamento e/ou administração de manutenção de frota de veículos, com fornecimento de peças e serviços, preferencialmente com utilização de sistema informatizado e/ou rede credenciada.

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante executou serviços compatíveis em características, complexidade operacional e volume com o objeto da presente contratação.

c) Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da experiência exigida.

d) A Administração poderá diligenciar junto ao(s) emissor(es) do(s) atestado(s), bem como solicitar documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de serviço ou outros documentos pertinentes, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas.

e) A licitante deverá demonstrar que possui capacidade operacional mínima para execução do objeto, incluindo, quando solicitado:

I – disponibilidade de sistema informatizado para gestão dos serviços;

II – estrutura de atendimento e suporte técnico;

III – capacidade de gerenciamento de serviços de manutenção de frota.

1.4. Para a qualificação econômico-financeira a licitante deverá apresentar:

1.4.1. Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias, da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

1.4.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

1.5. Da exigência de vistoria:

1.5.1. A participante poderá realizar vistoria técnica prévia com vistas à obtenção de informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta e execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto. A vistoria poderá ser realizada até o último dia anterior ao da abertura da sessão, das 08h às 16h, mediante agendamento prévio com a Comissão Permanente de Contratação, pelo telefone (34) 99878-2536, devendo, ainda, ser observado o seguinte:

a) ser realizada por profissional especialmente credenciado como representante da participante;

b) em nenhuma hipótese a participante poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;

c) não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma participante;

d) tendo em vista a faculdade da realização da vistoria prévia, as participantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e graus de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão. Assim, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da participante acerca do conhecimento pleno

das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo 05.

2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

4. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora do fornecimento dos itens seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

5. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expreso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

6. Em se tratando de **microempresa ou empresa de pequeno porte**, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para entrega do objeto, ou revogar a licitação.

8. Não serão aceitos protocolos/pedidos de renovação da vigência junto aos órgãos competentes dos documentos citados neste Anexo para fins de comprovação de sua regularidade.

9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

ANEXO 04
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, abrangendo o fornecimento de peças, mão de obra e serviços correlatos, bem como o acompanhamento das manutenções em garantia, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, visando assegurar a operacionalidade, segurança, conservação e eficiência da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE.		
PROCESSO Nº:	34/2026	MODALIDADE:	Pregão Eletrônico nº 05/2026
RAZÃO SOCIAL			CNPJ
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA			
LOCAL E DATA:	_____/____/____ de _____ de 2026.		
ASSINATURA DO PROPONENTE		CARIMBO DA EMPRESA/PROponente	

ITEM	DESCRIÇÃO	CONSUMO ANUAL ESTIMADO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR ESTIMADO ANUAL COM APLICAÇÃO DO DESCONTO
1	Gestão de Frotas – Manutenção	R\$ 1.286.714,56		
TOTAL GERAL				

Obs:

*Considerar orçamento por lote

*Utilizar papel com timbre da empresa ou apor carimbo padronizado da empresa



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO AMVAP SAÚDE
CNPJ 18.151.467/0001-06
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial – Uberlândia-MG - CEP 38.402-349
Fones (34)3213-2536 / (34)9 9878-2536
www.amvapsaude.com.br - E-mail: licitacao@amvapsaude.com.br



ANEXO 05
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

TERMO DE VISTORIA - MODELO

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, e-mail XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações do XXXXX [ÓRGÃO/ENTIDADE], onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços. Por ser verdade, firmamos o presente.

Obs:

Utilizar papel com timbre da empresa ou apor carimbo padronizado da empresa.

ANEXO 06
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

PASSO A PASSO PARA ADEÇÃO À PLATAFORMA LICITANET

- 1) Para adesão à Plataforma Licitanet, basta acessar o site licitanet.com.br/#planos e escolher o plano de sua preferência e proceder a contratação seguindo as instruções da tela.
- 2) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

Temos as melhores oportunidades para transformar a sua realidade!
 Conheça nossos benefícios

- ✓ Aplicativo - LicitAPP na palma das suas mãos
- ✓ Assinatura de documentos via DocuSign
- ✓ Treinamento ao vivo para o uso da plataforma
- ✓ Impugnação de edital e esclarecimentos online
- ✓ Homologação cadastral online e simplificada
- ✓ Mais oportunidades com as licitações de baixa concorrência
- ✓ Parametrização de lances automáticos
- ✓ Boletim diário de oportunidades
- ✓ Sem juros ou multas, sem inclusão no SPQ
- ✓ Participação simultânea em inúmeras licitações. Exceto para o plano Avulso
- ✓ Suporte Humanizado via telefone, WhatsApp ou e-mail
- ✓ Negocie em tempo real com o nosso comprador
- ✓ Gestão digital de processos com praticidade e segurança

Processo único*	30 dias de acesso	90 dias de acesso	365 dias de acesso
Plano Avulso	30 dias	90 dias	365 dias
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00
Contratar	Começar agora ->	Contratar	Contratar

* Acesso 2 em 1 (NOVO e LANCES) prioritário
 • Sem custos de utilização do total de licenças
 • Não permite acompanhamento de processos cadastrados em outros planos

ANEXO 07
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro - AMVAP SAÚDE, CNPJ nº 18.151.467/0001-06, com sede na Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, em Uberlândia - MG, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____, e a pessoa jurídica _____, CNPJ nº _____, situada na _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, resolvem firmar o presente Contrato em conformidade com o Processo Licitatório nº 34/2026 – Pregão Eletrônico nº 05/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, abrangendo o fornecimento de peças, mão de obra e serviços correlatos, bem como o acompanhamento das manutenções em garantia, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, visando assegurar a operacionalidade, segurança, conservação e eficiência da frota do Consórcio AMVAP SAÚDE, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital que deu origem a essa contratação e seus respectivos Anexos.

ITEM	DESCRIPTIVO	DESCONTO	VALOR

1.2. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.2.1. O termo de referência;
- 1.2.2. O edital da Licitação e seus anexos;
- 1.2.3. A proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Conforme Disposto do item 10 do Termo de Referência do respectivo processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

3.1 Conforme Disposto do item 11 do Termo de Referência do respectivo processo.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Conforme item 9 do Termo de Referência

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS

5.1. O valor global estimado da presente contratação é de R\$ _____, ____ (_____), considerando o item disposto na Cláusula Primeira.

5.2. Os descontos são aqueles consignados na assinatura do contrato de registro de preços e devidamente consignados na Cláusula Primeira deste instrumento, que incidiram no faturamento.

5.3. Os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, mediante requerimento formal do CONTRATADO, adotando-se o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial), ou outro índice que vier a substituí-lo, considerando como data-base a data de realização da pesquisa de mercado utilizada para a definição dos preços iniciais.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. Conforme item 13 do Termo de Referência.

6.2. Antecipação de pagamento

6.2.1. A presente contratação não admitirá a antecipação de pagamento

CLAUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1. Conforme item 14 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Conforme item 17 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. Esta contratação vigorará de sua assinatura até XXXXXXXXXX ou até a execução total do objeto (o que ocorrer primeiro), podendo a presente contratação ser prorrogada até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Quando da prorrogação será aferida a manutenção das condições de habilitação do contratado, a manutenção da vantajosidade da contratação, e ainda existência de créditos orçamentárias para suportar a despesa, sendo que após as presentes verificações será encaminhada para autorização da autoridade superior.

CLAUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. As condições de gestão e fiscalização do contrato estão dispostas no item 12 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, que faz parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da execução desse contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CONTRATANTE para o exercício de 2026, cuja classificação funcional

programática e da despesa constarão nas respectivas notas de empenho, sendo:

11.2. dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3. Em caso de insuficiência, contingenciamento ou cancelamento da dotação orçamentária prevista, a contratante reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução do contrato até que a situação seja regularizada, sem que isso acarrete ônus ou penalidades para nenhuma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

12.1. Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 34/2026 – Pregão Eletrônico nº 05/2026 que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

12.2. Os casos omissos serão dirimidos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos regulamentos do AMVAP SAÚDE, nos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Uberlândia-MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

13.2. E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Uberlândia-MG, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____